



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CAMPOS V – JOÃO PESSOA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Um Estudo sobre as mudanças ocorridas na paisagem
urbana do bairro do Varadouro

FABIO MENDES VENCESLAU

JOÃO PESSOA

2011

FABIO MENDES VENCESLAU

Um Estudo sobre as mudanças ocorridas na paisagem
urbana do bairro do Varadouro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Geografia.

Orientador(a)

Prof^a Ms Carolina Cavalcanti Bezerra

JOÃO PESSOA

2011

V451e Venceslau, Fabio Mendes.
Um estudo sobre as mudanças ocorridas na paisagem do bairro do Varadouro [manuscrito] / Fabio Mendes Venceslau. – 2011.
62 f. : il. color.

Digitado.
Trabalho Acadêmico Orientado (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Secretária de Educação à distância - SEAD, 2011.
“Orientação: Profa. Ma. Carolina Cavalcanti Bezerra”.

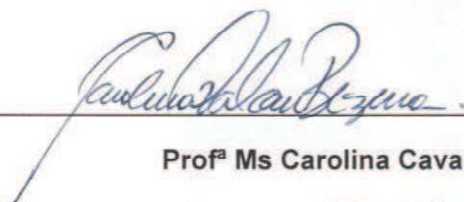
1. Paisagem Urbana. 2. Manguezais. 3. Porto do Capim - Estudos. I. Título.

FABIO MENDES VENCESLAU

Um Estudo sobre as mudanças ocorridas na paisagem
urbana do bairro do Varadouro

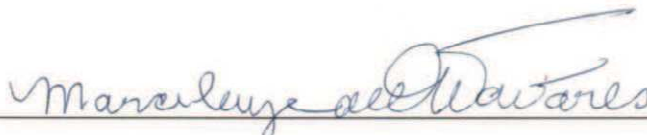
Aprovado em: 22 de novembro de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA



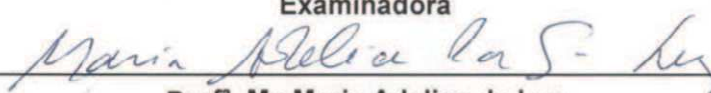
Profª Ms Carolina Cavalcanti Bezerra

Orientadora



Profª Ms Marceluze de Araújo Tavares

Examinadora



Profª Ms Maria Adelice da Luz

Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Coordenadora de Geografia Ana Carolina Cavalcanti

À Tutora Maria Adelize Luz

À Prof^a. Ms Regina Celly Nogueira da Silva

À Prof^a Ms Carolina Cavalcanti Bezerra

À minha esposa Benilde Clear Ramalho

À minha mãe Judite Mendes Venceslau

Aos colegas de curso (turma 2007.2)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista da Área tombada do centro histórico	09
Figura 2 – Rua Visconde de Inhaúma	14
Figura 3 – Criança as margens do Rio Sanhauá	25
Figura 4 – Praça Maciel Pinheiro em 1910	27
Figura 5 – Panorama atual do Porto do Capim	29
Figura 6 – Vista da Ponte sobre o Rio Sanhauá	31
Figura 7 – Casarão próximo a Rua da Areia	34
Figura 8 – Degradação dos Manguezais	39
Figura 9 – Importância dos Manguezais	41
Figura 10 – Praça Antenor Navarro	54

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Variável da pesquisa	08
Mapa 2 - Área de estudo (Intersat 2001)	12
Mapa 3 – Revitalização do Centro Histórico	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda mensal familiar	17
Tabela 2 - Renda complementar familiar	17
Tabela 3 - Conhecimento sobre o plano de revitalização	18
Tabela 4 - Principais motivos do desemprego dos membros familiares	18
Tabela 5 - Grau de escolaridade dos chefes de famílias	18

LISTA DE SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNAD - Fundação de Apoio ao deficiente

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PSF – Programa de Saúde da Família

SEMAM – Secretaria do Meio Ambiente

SUDEMA – Superintendência do Desenvolvimento e Meio Ambiente

USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	11
1.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
1.3	UNIVERSO DA PESQUISA E ESPAÇO AMOSTRAL	15
1.4	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	15
1.5	VARIÁVEIS DA PESQUISA	17
2	EM BUSCA DE UM CAMINHO TEÓRICO PARA ESTUDAR A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM	19
3	A HISTÓRIA E O LUGAR	22
3.1	AS INTERVENÇÕES NA PAISAGEM DO PORTO DO CAPIM	24
3.2	HISTÓRIA E COTIDIANO DA COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM	29
4.	DEGRADAÇÃO E POLUIÇÃO DO RIO SANHAUÁ E SEUS MANGUEZAIS	38
4.1	A IMPORTÂNCIA DOS MANGUEZAIS	41
5.	O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO	47
5.1	RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7.	REFERÊNCIAS	59
	APÊNDICE A	61

1. INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa “Um estudo sobre as mudanças ocorridas na paisagem urbana do bairro do Varadouro e as condições de vida da comunidade do Porto do Capim”, é resultado do esforço de estudar as transformações na paisagem urbana do Bairro do Varadouro de modo geral e, especificamente, as condições de vida da comunidade do Porto do Capim. Essa comunidade foi escolhida por se encontrar em uma área degradada do Centro e por resistir as mudanças que ocorreram na área nas últimas décadas do século XX. A comunidade localiza-se as margens dos mangues do Rio Sanhauá, área de grande valor histórico e patrimonial para a cidade de João Pessoa.

A área, situada à margem direita do rio Sanhauá, afluente do rio Parahyba do Norte, situada na planície e subindo a colina no Bairro do Varadouro, guarda marcas da origem da cidade. A primitiva paisagem do Porto do Capim foi sendo naturalmente transformada. O confronto de culturas em meio às complexas relações entre os povos autóctones e os novos povoadores intensificou as transformações que continuaram ocorrendo com o continuo crescimento da cidade.

Hoje percebemos o quanto a paisagem foi transformada, degradada, descaracterizando um local que a área econômica e social da cidade. (MAPA 1).



MAPA 1: ÀREA DE ESTUDO FONTE: SITE DA PMJP ACESSO EM 24/07/2011

O Mapa da área de estudo facilita a compreensão em relação ao Bairro do Varadouro, área em que está localizado, e sua relação com a cidade, embora se trate de uma área atualmente considerada “zona periférica”. Neste mapa, o Porto do Capim corresponde a uma área ribeirinha, com vegetação de mangue, que são regiões alagadiças e salobras que abrigam manguezais, gramíneas e plantas rasteiras estando sujeita aos alagamentos nas cheias provocadas pelo fluxo das marés e, mais intensamente, no período chuvoso. Esse ecossistema constitui-se uma presença marcante na paisagem em relação às manchas de vegetação arbórea. Margeando o rio, “adentrando-se” sobre parte do mangue aterrado, encontram-se as Comunidades Porto do Capim e Vila Nassau. Caminhando pela parte baixa do Varadouro encontramos ainda o traçado espontâneo das vias de circulação – a Rua Porto do Capim, algumas vielas, pequenas vilas e o amontoado de moradias – contrasta com o desenho retilíneo das ruas antigas: Frei Vital, Visconde de Inhaúma, XV de Novembro. Encontramos também a Ladeira e o Largo de São Frei Pedro Gonçalves e a Praça Anthenor Navarro com seu conjunto arquitetônico de rara beleza.



FIGURA 1: VISTA DA ÁREA TOMBADA DO CENTRO HISTÓRICO – FONTE: JORNAL O NORTE 29/11/2007

A Área encontra-se no perímetro oficial do Centro Histórico da cidade de João Pessoa. O poder público realizou o tombamento de prédios de valor histórico e de monumentos que representam resquícios do tempo em que a área era o lugar da vida econômica e social da cidade. Encontramos também um reduzido casario de pouco valor patrimonial, mas, que representa a história do lugar.

Partindo do princípio segundo o qual o resgate histórico da paisagem é fundamental para entendermos as transformações do lugar, nosso trabalho tem como objetivo principal analisar as transformações da paisagem urbana do Porto do Capim.

Objetivamos ainda compreender as condições de vida da comunidade que ai mora. Explicar também as transformações que se processaram na área com o processo de revitalização.

Por ser uma das cidades mais antigas do Brasil, o sitio histórico de João Pessoa possui grande valor patrimonial. Nesse sentido, o interesse no estudo dessa localidade tem sido recorrente dentre as várias áreas de conhecimento como: a arquitetura, a geografia e a história, dedicam especial atenção aos processos que se desencadeiam na área nas ultimas décadas.

O Varadouro foi o primeiro bairro a se constituir no sitio antigo. Ao longo do tempo a cidade foi crescendo e anexando as áreas rurais no entorno do centro. Contudo, por muito tempo a cidade esteve restrita ao que hoje denominamos Centro Histórico. Até a década de 1960 toda a vida econômica, social e política aconteciam no Centro.

No decorrer do tempo outros bairros foram surgindo, cada um com as suas peculiaridades. Mesmo, assim, era no centro que o cidadão resolvia seus negócios e afazeres. Grande parte dos empregos se localizava no Centro, assim como, as instituições públicas.

Segundo o site IBGE (2010), João Pessoa possui oficialmente 65 bairros e a sua população conta com 720 mil habitantes, é a cidade com maior economia do Estado da Paraíba, tendo um PIB duas vezes maior que a segunda colocada, Campina Grande. Com dois distritos industriais em desenvolvimento, um na BR-101 e outro no bairro de Mangabeira. Os bairros periféricos ainda carecem de muitos serviços, realidade presente em grande parte das cidades brasileiras¹.

Mesmo, assim, a cidade possui dois *shoppings centers*, grande redes de supermercados, mas, um comércio ainda insipiente, se comparada a outras capitais nordestinas.

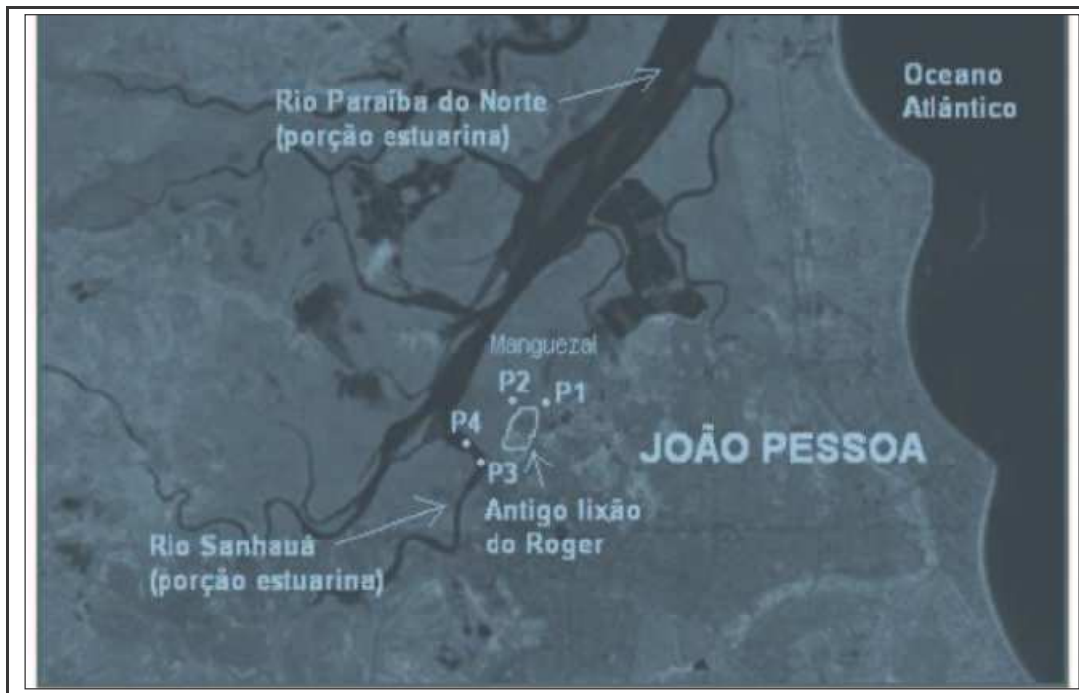
Enquanto a cidade crescia em direção as praias, o bairro do Varadouro paulatinamente foi perdendo sua importância econômica. Grande parte do comércio e serviços que ali se encontrava migrou para outras partes da cidade que oferecem melhores condições de infra-estrutura urbana (estacionamento, rede de informação mais moderna, menos restrições urbanas, mas, sobretudo, preços dos aluguéis mais baratos) e vias de circulação menos congestionada.

Assim, à medida que o bairro do Varadouro estagnava-se economicamente a comunidade do Porto do Capim também se ressentia da estagnação econômica do bairro. A comunidade Porto do Capim padece de todos os problemas referentes as desigualdades sociais que marcam as comunidades periféricas das cidades brasileiras. Desemprego, drogas, violência, péssimas condições de saúde, ensino público de péssima qualidade, carência de saneamento básico,

No trabalho de campo realizado na área, coletamos dados importantes para o desvelamento da paisagem e da realidade urbana da área. Há a inexistência de atividades econômicas básicas existentes na comunidade tais como padarias, farmácias, pequenos supermercados, mercearias. É visível a prostituição, o tráfico de drogas e lugares propícios a práticas de delitos como assaltos e mortes violentas.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DA PESQUISA

Situada na parte baixa do Bairro do Varadouro, o Porto do Capim representa a localidade mais antiga da cidade. Varadouro e o bairro do Centro representavam a única centralidade até a década de 1960, quando se iniciou o processo de expansão da cidade. Na década de 1950, essa área passou a ser ocupada por populações de baixa renda. A desvalorização imobiliária e as facilidades existentes, tais como a infra-estrutura de transportes urbanos e a proximidade com o comércio varejista, contribuíram para a ocupação desordenada do solo urbano. As possibilidades de emprego remunerado com carteira assinada, a oportunidade de exercer atividade autônoma e, até mesmo, a participação no mercado de trabalho informal motivaram as populações de baixa renda que foram atraídas por sua localização central e a facilidade de acesso, além de outras comodidades. (Araújo, 2006 p. 21)



MAPA 2: ÁREA DE ESTUDO FONTE: INTERSAT 2001

As famílias, sem moradia, aos poucos, ocuparam os espaços “fora do mercado imobiliário”. Essas são as razões das Comunidades Porto do Capim e Vila Nassau. Grosso modo, esse processo é resultante do sistema econômico que acarreta a concentração de renda, os baixos salários e o desemprego. Outros fatores são coadjuvantes nesse processo: a estrutura fundiária e o sistema agrário que acarretam o êxodo rural e a formação de favelas urbanas, estas favorecidas pelo modelo tradicional de gestão urbana. (ARAÚJO, 2006 p.21)

Segundo a autora, a mudança do porto para o município de Cabedelo contribuiu para estagnação da área do Porto do Capim que, aos poucos foi perdendo a condição de referência portuária do município, transformando-se numa zona periférica, enquanto o antigo Bairro do Varadouro entrava em gradativa decadência. As famílias que nela se instalaram migrantes, muitos oriundos do meio rural, formaram essas comunidades, dando continuidade ao processo de transformação da paisagem. Nos dias de hoje, o processo de uso e ocupação do solo reflete a condição de segregação de espaço e habitação a que são submetidas populações de baixa renda e cada vez mais numerosas que, ao longo dos últimos cinquenta anos, numa trajetória lenta e desordenada, agregaram-se às primeiras famílias que iniciaram esse processo e se instalaram nessa área que se desvalorizava sempre mais, na medida em que a cidade se expandia na direção leste. Assim, a paisagem urbana do Porto do Capim revela muitos contrastes. Alguns monumentos históricos resistem precariamente à ação do tempo. Os

elementos da paisagem natural – o rio e o mangue – formam uma moldura para a paisagem de fundo, um belo cenário onde interagem vários atores do cotidiano urbano: os vendedores, o vai-e-vem dos moradores e das pessoas que trabalham no local, o tráfego de veículos de todos os portes e também o fluxo de pessoas que diariamente vêm das cidades vizinhas e retornam no fim do dia, nos trens que se integram à paisagem.

A área do Porto do Capim sofre de graves problemas ambientais. Todos os resíduos e detritos da comunidade são canalizados diretamente para o rio, tanto os resíduos provenientes das atividades comerciais e de serviços – madeireiras, marmoraria, oficinas mecânicas, borracharias e outras atividades que funcionam no local, como os detritos domésticos são despejados no rio.

Se não bastasse a contínua degradação dos elementos da paisagem natural e a descaracterização dos seus atributos históricos e paisagísticos, ao longo de sua existência, essa paisagem secular tem despertado o interesse dos turistas que chegam a cidade e há muito se cogita uma intervenção na área com a finalidade de implementar a atividade turística.

Na condição de sítio original de fundação da cidade e por suas singularidades paisagísticas, o Porto do Capim tem sido alvo de diversas propostas de revitalização. A revitalização visa o resgate do patrimônio e da vida do lugar.

O Plano de Revitalização para o Varadouro e o Antigo Porto do Capim, sob a coordenação da Comissão Permanente do Centro Histórico de João Pessoa, apresenta propostas de intervenção que envolve o meio e a comunidade. Transformações de impacto ocorrerão na paisagem e, afora os motivos já apontados, justifica-se a preocupação, relativa à paisagem e às comunidades, e à decisão de investigá-las como objeto de pesquisa.



FIGURA 2: RUA VISCONDE DE INHAÚMA, FOTO REGISTRADA EM 06/07/2011 AUTOR; FABIO MENDES

Essa é uma das ruas mais importantes da área. Com seu traçado original retrata a história do lugar e guarda resquícios do primeiro momento de ocupação da área. No entanto, a pergunta que nos fazemos é, por que uma área tão importante para a história e a economia da cidade sofreu intervenções urbanas e se modificou tanto, mas, sobretudo, por que entrou em decadência, já que este é o sítio original e deveria ser preservado para as gerações futuras?

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização da pesquisa foi necessário um minucioso levantamento bibliográfico junto à biblioteca da UEPB e outras bibliotecas públicas. Além desse procedimento realizamos um trabalho de campo na área de estudo. No nosso trabalho de campo, descobrimos muitos aspectos interessantes da realidade social da comunidade do Porto do Capim. Para completar nossos procedimentos foi necessária ainda a classificação da pesquisa, tomamos como base a taxonomia apresentada por Vergara (

2004) que qualifica em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios, além de estabelecer correlações entre variáveis e definir a sua natureza.

Quanto aos fins, a pesquisa será descritiva porque visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. Esta pesquisa descreverá as condições de vida de 10 (dez) chefes de família estudados na comunidade do Porto do Capim. Nessa metodologia trabalharemos com entrevistas, questionários e tabelas para com isso traçar-mos o perfil das comunidades Vila Nassau e Porto do Capim analisando as seguintes questões:

- . Renda mensal familiar
- . Renda mensal complementar
- . Conhecimento do plano de revitalização do porto do capim
- . Membros da família que não trabalham e as razões
- . Condição de escolaridade dos chefes de família
- . Condição de escolaridade do cônjuge
- . Condição de escolaridade dos filho

Quanto aos meios a pesquisa será de campo, pois designa todo o estudo que é realizado de maneira direta, ou seja, junto às próprias fontes informativas, sem o uso de dados secundários extraídos de publicações, e também visa coletar dados sobre os procedimentos acima citados através de questionários e entrevistas.

1.3 Universo da Pesquisa e Espaço Amostral

Trata-se de definir toda a população e a população amostral. Tipos de amostra:

- 1) Alguns chefes de família da comunidade do Porto do Capim
- 2) Análise das condições de vida e escolaridade da população local

1.4 Técnica de Coleta de dados

De acordo com o portal www.pedagogiaemfoco.pro.br, acesso em 08/04/2011, o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento é realizado pelo informante.

A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Os questionários foram aplicados com perguntas abertas visando obter informação sobre as condições de vida, escolaridade e conhecimento sobre o plano de revitalização do porto do Capim.

1.5 VARIÁVEIS DA PESQUISA

TABELA 1

Nível de Renda Mensal Familiar %

NÍVEL DE RENDA	SIM	NÃO	TOTAL
Até um salário mínimo	30	70	100
De um a dois salários mínimos	50	50	100
Acima de dois salários mínimos	20	80	100

FONTE: PESQUISA COM MORADORES REALIZADA EM JUNHO DE 2011

TABELA 2

Nível de Renda Mensal Complementar %

RENDA COMPLEMENTAR	SIM	NÃO	TOTAL
Até um salário mínimo	70	30	100
De um a dois salários mínimos	20	80	100
Acima de dois salários mínimos	10	90	100

FONTE: PESQUISA COM MORADORES REALIZADA EM JUNHO DE 2011

TABELA 3

Conhecimento sobre o plano de revitalização %

REVITALIZAÇÃO	SIM	NÃO	TOTAL
Não conhece	20	80	100
Conhece Parcialmente	70	30	100
Conhece plenamente	10	90	100

FONTE: PESQUISA COM MORADORES REALIZADA EM JUNHO DE 2011

TABELA 4

Motivo dos membros não trabalharem%

MOTIVOS	SIM	NÃO	TOTAL
Falta de Oportunidade	50	50	100
Baixo Grau de escolaridade	10	90	100
Outros	40	60	100

FONTE: PESQUISA COM MORADORES REALIZADA EM JUNHO DE 2011

TABELA 5

Grau de escolaridade dos chefes de família%

ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	TOTAL
Analfabeto	40	60	100
Primeiro grau completo	50	50	100
Segundo grau ou mais	10	90	100

FONTE: PESQUISA COM MORADORES REALIZADA EM JUNHO DE 2011

2. EM BUSCA DE UM CAMINHO TEÓRICO PARA ESTUDAR A COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM.

Na história do pensamento geográfico a busca da reflexão teórica sempre esteve presente. Esse não foi um caminho fácil, pois envolveu uma gama de pensadores e momentos históricos adversos. Podemos dizer que só no século XIX é que a geografia se constituirá enquanto uma disciplina acadêmica. Antes disso o que possuíamos eram relatos de viagens de grandes viajantes, um grande acervo de dados sobre diversas áreas do globo, mais nada ainda sistematizado e analisado que justificasse um corpo teórico. Assim, a institucionalização da Geografia como ciência e a elaboração de um corpo teórico só se constitui com o reconhecimento de outras ciências sociais como a sociologia, a antropologia e a história.

Um ponto de partida para a compreensão da paisagem pode ser o entendimento de que “o espaço é igual a paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade, SANTOS (1996, p. 73). Assim a paisagem pode ser entendida como um conjunto de estruturas naturais e sociais no qual desenvolvem uma intensa interatividade, seja entre os elementos naturais, entre as relações humanas e dessa com a natureza. Pode-se afirmar que paisagem é tudo aquilo que percebemos com os nossos sentidos, mas principalmente relaciona-se mais comumente com a ideia de “visualização da paisagem” de forma que se pode distinguir paisagem natural e paisagem humanizada, paisagem cultural que pode ser dividida em paisagem rural e urbana, elementos naturais elementos sociais da paisagem.

Os estudos sobre a paisagem reportam-se à obra dos precursores clássicos, entre os quais, Alexander Von Humboldt (1769-1855), Karl Ritter (1778-1855) e Paul Vidal de la Blache (1845-1918). A partir desses geógrafos é possível afirmar que a preocupação com as transformações na paisagem tem sido uma abordagem significativa no pensamento geográfico (MAIA, 2000).

Portanto, para analisar a paisagem objeto de estudo, partindo de um conceito abrangente como se caracteriza o conceito de paisagem, ao qual convergem ideias originadas em várias correntes de pensamento, esta pesquisa enveredou pelo universo da

geografia, linha de pesquisa que possibilita resgatar a trajetória da paisagem e estabelecer a articulação necessária entre os recortes espaços-temporais assim, metodologicamente, traçados.

Essa paisagem tem sido intensamente transformada, portanto, interpretá-la exige diversos olhares. Além de volver ao passado epistemológico em que se teorizou o conhecimento geográfico, é necessário buscar os fundamentos teóricos nos quais se baseiam os estudos contemporâneos do espaço através da leitura da paisagem. A escola Americana de Geografia Cultural e seu fundador Carl Otto Sauer (1925) consideram a compreensão da paisagem o ponto de partida para a investigação geográfica, “[...] a porta de entrada da Geografia para a análise de seu objeto de estudo” (SAUER, 1925, in CORREIA e ROSENDHAL, 1998, p. 12). Na sua obra “Morfologia da Paisagem”, Sauer (1925), sistematiza o método morfológico de análise da paisagem, propondo uma investigação induzida pela realidade, tendo como parâmetros os fatores *espaço*, *tempo* e *cultura*. Nesta pesquisa, busca-se apreender a paisagem pela interação desses fatores e a forma como o arranjo de seus elementos torna-a reveladora para a investigação geográfica. De acordo com Josefina Gomes Mendonza (1982), atualmente, na abordagem geográfica da paisagem, há dois pontos de vista epistemológicos, bem diferenciados.

O que considera o espaço com um objeto de observação e o que toma al indivíduo como ponto de partida. [...] o segundo, entroncado em a visão fenomenológica da geografia da percepção, parte da Idea de que o entorno um tanto que percebido não é algo neutro e com organização própria, sendo um conjunto de signos que se formam e se estruturam em forma de paisagem seguindo uma sistemática semiológica própria do sujeito (MENDONZA, 1982, p.132).

Assim, a pesquisa se reporta, também, a Jacques Le Goff (1995), por sua trajetória de elaboração de um novo paradigma histórico e a tentativa de introduzir alguma racionalidade na história vivida e na memória. A Nova História prioriza o estudo das estruturas, não se atendo ao simples relato dos fatos, pois “[...] a história de curto prazo é incapaz de apreender e explicar as permanências e as mudanças” (LE GOFF, idem, p. 45). De acordo com esse historiador;

[...] Para compreender determinada sociedade, em determinada época, é preciso o esforço de conhecê-la em todos os seus aspectos. [...] o historiador tem o dever de colocar questões como eixo do seu trabalho. [...] deve levar em conta o movimento da história, a sua diversidade, sua irracionalidade, sua flexibilidade. [...] no imaginário, há muita irracionalidade. Portanto, introduzir a racionalidade na história não significa excluir o irracional, o impreciso, o flutuante, [...]

explicar as mudanças históricas a partir da resposta a uma questão que, por sua vez, é racional.

A busca de um caminho teórico para entender as transformações na paisagem é essencial para que possamos entender o por que das mudanças e transformações que ocorreram na área. No entanto, a busca desse caminho é longo e não se esgota em si mesmo, requer estudo e aprofundamento da problemática. Na geografia a paisagem, enquanto categoria de análise é recorrente, na medida em que a primeira coisa está posto com toda sua força e fraqueza. Milton Santos na sua obra Teoria e Método, destaca a importância dessa categoria para o estudo da geografia.

Assim, através do estudo da paisagem podemos apreender as contradições que estão postas na construção do lugar, nas relações que aí se estabelecem, nas resistências, elas (paisagem) esboçam todos esses elementos. Por isso a nossa opção em elegê-la como o conceito importante do nosso trabalho.

3 A HISTÓRIA E O LUGAR

De acordo com o portal PBTUR a cidade fundada em [5 de agosto](#) de [1585](#) com o nome de *Nossa Senhora das Neves*, a santa do dia em que foi firmada a aliança com os [Tabajaras](#) (5 de agosto) (depois da aliança com os Tabajaras, demorou ainda 3 meses para ser fundada, de fato, a cidade). João Pessoa já nasceu com o *status* de vila, jamais vivendo a condição de cidade, fato esse ocorrido porque foi fundada pela cúpula da Fazenda Real numa Capitania Real da Coroa Portuguesa.

Com o passar do tempo, foi recebendo várias denominações: *Filipeia de Nossa Senhora das Neves*, em 1588, homenageando o rei [Filipe II de Espanha](#), quando da [União Ibérica](#), período em que o Reino de Portugal foi incorporado à coroa espanhola. Durante a ocupação holandesa, entre [1634](#) e [1654](#), designou-se [Frederikstadt](#) (*Cidade de Frederico* ou *Frederica*), em homenagem ao Deus de Orange, [Frederico Henrique](#).

Com a reconquista portuguesa, passou a chamar-se *Cidade da Parahyba*. Por conta de uma visita temporária de D. [Pedro II do Brasil](#) à cidade em fins de [1859](#), recebeu provisoriamente o título de [Imperial Cidade](#).

De acordo com o portal [pt.wikipedia.org](#), sua denominação atual, João Pessoa, é uma homenagem ao político [paraibano João Pessoa](#), assassinado em [1930](#) na cidade do [Recife](#), quando era presidente do estado e concorria, como candidato a vice-presidente, na chapa de [Getúlio Vargas](#). O fato causou grande comoção popular, sendo praticamente o estopim da [Revolução de 30](#), embora se discuta se realmente houve motivação política no ato, que foi executado por [João Duarte Dantas](#), cujo escritório fora invadido por tropas governamentais, tendo sido suas cartas amorosas à professora [Anayde Beiriz](#) trazidas a público. A Assembléia Legislativa Estadual aprovou a mudança do nome da capital em [4 de setembro](#) de 1930. Há algum tempo, cidadãos pessoenses discutem a possibilidade de rever a homenagem e substituir o nome de João Pessoa por outro, entre os quais, figuram "Paraíba", "Filipeia" e "Cabo Branco", sendo que alguns movimentos até manifestam apoio à ideia de um [plebiscito](#) para tal nomenclatura ou uma consulta popular, como faz atualmente o *Coletivo Cultural Anayde Beiriz*, projeto em andamento do [Movimento Paraíba Capital Parahyba](#) entre outros argumentos, alega-se que a mudança de nome (assim como a alteração da [bandeira](#) estadual), em [1930](#), foi realizada em um momento de comoção e de instabilidade social, quando vários adversários políticos do grupo de [João Pessoa](#) foram presos e mortos. Acrescenta-se ainda que não há consenso sobre as virtudes de pessoa e de gestor público as quais confeririam o mérito ao ex-presidente da Paraíba (na época, denominação para o cargo de governador) para tal homenagem. De

outra parte, os defensores da manutenção do nome argumentam que João Pessoa foi político exemplar e combateu o [coronelismo](#) e as [oligarquias](#).

Ainda segundo o portal Wikipedia.org a cidade de João Pessoa nasceu nas margens do [rio Sanhauá](#), a partir de onde subiu as ladeiras em direção ao que hoje é o Centro. A expansão urbana ocupou a antiga área rural. A partir da segunda metade dos [anos 70](#), com a ascensão da orla marítima, a economia da área perdeu um pouco de sua importância de outrora. No que diz respeito à arquitetura, os bairros do Centro comportam a maior parte das áreas que são objeto de tombamento pelos órgãos de proteção ao patrimônio, dentre elas, o Centro Histórico, Rua das Trincheiras e as proximidades da Rua Odon Bezerra, no bairro de Tambiá.

De acordo com os dados do IBGE, (acesso, jan, 2011) na cidade há pouco mais de 170 mil [famílias](#), numa média de 3,48 [pessoas](#) por domicílio, o que reflete a diminuição de pessoas na família média pessoense. Segundo censos, a redução no tamanho da família pessoense deve-se a função do rápido e intenso processo de diminuição da [fecundidade](#) nas últimas duas décadas e no aumento na parcela de [domicílios](#) que são mantidos financeiramente por [mulheres](#). Na [década de 1970](#), a família pessoense média tinha pouco mais de 5 [membros](#). Hoje em dia a composição tradicional da família é [pai](#), [mãe](#) e [filho](#).

João Pessoa revela um aprofundamento de algumas tendências e o afloramento de alguns novos padrões de [distribuição](#) espacial da [população](#). No [censo de 2000](#), pessoas não-naturais do [município](#) alcançaram 28,5 mil pessoas. Dez anos depois a população da capital aumentou em quase 100 mil pessoas, sendo que boa parte delas é de filhos de pessoas naturais de outras cidades do estado, de outros [estados do Brasil](#) ou de outros [países](#). Ainda segundo o censo de 2000, o número de [estrangeiros](#) na cidade é crescente, sendo que a maioria é de origem portuguesa (16,5%), peruana (10%), chilena (8%), seguidos de alemães, argentinos e bolivianos, 75,4% dos pessoenses residem em domicílios próprios, 18,3%, em imóveis alugados e outros 6,3%, em locais cedidos. Apesar de muitas famílias pessoenses terem seus domicílios próprios, se encontram domicílios muito pequenos com famílias numerosas e domicílios bem maiores com poucos moradores. Outro dado domiciliar relevante é a crescente [verticalização](#), boa parte da cidade é alvo de verticalização excessiva. É crescente o número de pessoas residindo em [apartamentos](#), por causa do enorme crescimento do número de unidades habitacionais deste tipo ao longo da [década](#). (fonte: portalcodisma.com.br)

João Pessoa também é a 3ª capital proporcionalmente com maior número de famílias ricas da Região Nordeste segundo a pesquisa da FGV com dados do Censo de 2010, a cidade só perde para Recife e Aracaju.

3.1 AS INTERVENÇÕES URBANAS NA PAISAGEM DO PORTO DO CAPIM

De acordo com (ARAÚJO, 2006 p. 75) Neste segmento, o enfoque se remete ao centro da Cidade da Parahyba, no intervalo de 1850 a 1950, para reconstituir a paisagem do Porto do Capim, em meio ao processo de urbanização-modernização que se implementava na capital paraibana. Nesse período, sobretudo nas três primeiras décadas do século XX, o evolucionismo da modernidade ofuscava a racionalidade sobre o verdadeiro significado de crescimento e progresso.

De acordo com Marshall Berman (1986), na sociedade moderna, essa expectativa se caracterizava pelo clamor desenvolvimentista – a busca pelo novo em detrimento do antigo –, uma concepção de desenvolvimento que ocorre de forma dialética, inviabilizando a convivência do novo com o antigo, porquanto o antigo traria em si o “germe” de sua própria destruição. A destruição do antigo para que o novo possa florescer sintetiza a voragem da Modernidade bem como a qualidade, socialmente construída, da atividade humana que visa o grande êxito, o prestígio e a competitividade. Nas cidades brasileiras, com raras exceções, a exemplo da capital paulista, o processo de urbanização/modernização não ocorreu atrelado ao processo de industrialização. As capitais e as principais cidades permaneceram distantes do real sentido de Modernidade e do gradativo processo desenvolvimentista capaz de transformar a vida social, conferindo-lhe maior significação e alcance no contexto da experiência humana. A expectativa de modernidade chegou às cidades brasileiras, tendo sido apreendida pelas elites que desejavam viver numa capital moderna. Vale ressaltar que o momento histórico era oportuno para que assim ocorresse. Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, usos, costumes e hábitos sociais foram assimilados pelas elites brasileiras que freqüentavam a corte imperial. A França tornara-se a principal matriz das concepções artísticas, literárias e científicas que divulgavam os trabalhos dos mais renomados artistas e intelectuais brasileiros. Paris correspondia ao grande emblema de civilização em que se espelhava a elite carioca. Nas primeiras décadas do século XX, o modelo de modernização

implantado na capital francesa, de acordo com o projeto introduzido pelo Barão de Haussmann, *irradiava-se*, também, pelas grandes cidades e capitais, na Europa e nos demais continentes. No Brasil, copiava-se não somente o modelo de reformas urbanas, mas tudo o que o paradigma moderno pudesse sugerir à sociedade seduzida pelo *glamour* parisiense. Portanto, sob aceleradas reformas urbanas, o Rio de Janeiro se transformava, também, em cenário da vida moderna enquanto a sociedade carioca se espelhava na *belle époque* parisiense. Nas capitais e principais cidades dos Estados do Brasil, atitudes e posturas semelhantes eram assumidas pelas elites, portanto, também na Capital Paraibana. Todavia, a realidade na Capital da Província da Parahyba, sem equipamentos de infra-estrutura básica, se distanciava deste ideal.



FIGURA 3: CRIANÇAS AS MARGENS DO RIO SANHAUÁ FONTE: ARAÚJO - 2006

Segundo (ARAÚJO, 2006 p. 76), Até a década de 1830, não havia ruas pavimentadas, sendo alagadas, no período chuvoso. Tendo em vista atenuar dificuldades como essas, foram providenciadas as primeiras reformas na Capital da Província da Parahyba, restritas a pequenos serviços de infra-estrutura urbana. Em plena passagem do século XIX, a cidade ainda carecia de reformas de infra-estrutura mais amplas,

indispensáveis a uma capital moderna. A pesquisa documental realizada por Rita de Cássia Gregório de Andrade, em 2004, no arquivo Histórico do Estado da Paraíba, constata a crescente preocupação com a melhoria da cidade a partir do século XIX. Priorizava-se à Cidade Alta, tendo em vista estarem os órgãos públicos sediados nessa parte da cidade, onde eram desempenhadas as funções administrativas. Os documentos consultados pela autora ressaltam que a Cidade Baixa, no século XIX, é quase sempre referida pelo seu cotidiano, as pescarias, a vida portuária, a precariedade do cais e da ponte do rio Sanhauá. Ainda assim, com as obras de urbanização/modernização, as principais ruas da Cidade Baixa foram sendo reformadas. Uma obra importante, do ponto de vista dos melhoramentos urbanos, foi a planta da cidade, autorizada “*pelos legisladores paraibanos e o §6.º do artigo 5.º da lei. n.º 22 de 15 de outubro de 1857.*”

(In: RODRIGUEZ, 1961, p. 24). Essa planta foi elaborada na gestão do presidente Henrique de Beau Repaire Rohan. Apesar do breve período em que esteve à frente da administração da Capital da Província da Parahyba, de 1858 a 1859, esse presidente, além de fazer cumprir o que a lei 22/57 determinava, incrementou obras de reconhecida importância para o desenvolvimento da atividade portuária, com repercussão também no comércio local. A construção da Estrada do Aterro, paralela ao Rio Sanhauá, foi uma iniciativa para facilitar o trânsito de tropas e cavalhadas que, chegando do interior, atravessavam a Ponte do Sanhauá e subiam as ladeiras até as ruas da Cidade Alta. Algumas obras foram implementadas na área do Porto do Capim, com grande melhoria para o desenvolvimento das atividades portuárias: a implantação do Cais da Capital, no Porto do Capim e a pavimentação com paralelepípedos de granito da antiga Estrada do Aterro então transformada em Avenida Sanhauá, ligando a Ponte do Sanhauá à Praça da Gameleira. Esses empreendimentos agilizariam o transporte dos produtos vindos do interior destinados aos estabelecimentos comerciais, nessa parte da cidade.

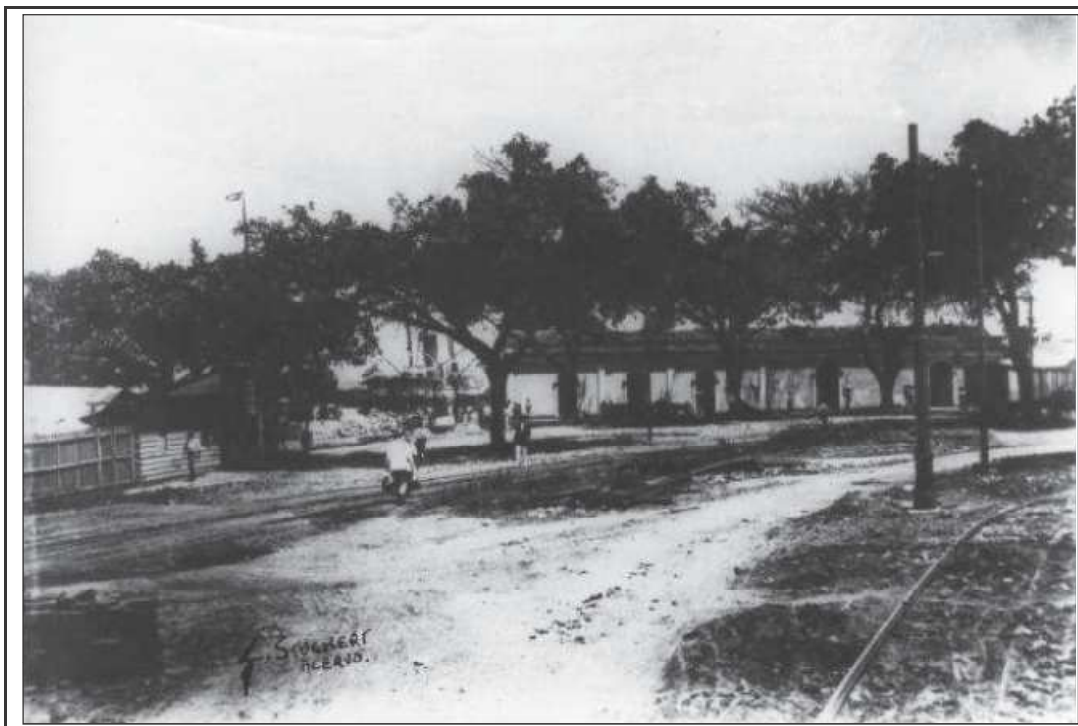


FIGURA 4: Praça Maciel Pinheiro em 1910 (atual Praça 15 de Novembro), vendo-se o cais do Porto do Capim e um velho navio ancorado. Acervo Gilberto Stuckert. FONTE: ARAÚJO 2006

Na figura 4, a imagem registra a Praça Maciel Pinheiro (atualmente Praça XV de Novembro), em 1910, vendo-se, à direita, os trilhos da via férrea e, à esquerda, um trecho do cais da cidade, os armazéns portuários e a presença de uma embarcação ancorada, cuja bandeira se sobressai à folhagem das árvores. Trata-se de um navio a vapor com capacidade para 10.000t, carregado de algodão de fibra longa, conforme identifica Walfredo Rodriguez (1961, p. 49): “Outrora ali ancoravam grandes veleiros, quando da intensa navegação daquele tipo de navio”. O escritor Walfredo Rodriguez (ibidem) atesta a importância desse porto para o comércio local, informando também o desembarque, no final do século XIX, de um suprimento de produtos para as comemorações natalinas e festas de fim de ano:

[...] Em um dia de novembro de 1899, ao cair da tarde, lançara âncoras o veleiro mercante de S. M. Britância “Magie”. Conduzia para a praça de nossa cidade, 490 toneladas de artigos de variadas espécies. Entre outras, as passas espanholas de “Alcausa Hijos”, tradicionais exportadores daquele país, figos secos, especialidades de “Gross Hermanos”, sucessores de “Pablo Delor” de Málaga, juntamente, vinham as saborosas pêras e maçãs, assim também os vinhos de várias procedências do velho reino português. Esse sortimento chegara a tempo, pois que se aproximavam as festas de Natal e Ano novo [...] (RODRIGUEZ, ibidem, p. 160).

No final desse século, a Capital da Parahyba preservava as “feições” da cidade colonial enquanto perduravam os costumes do tempo do império. Esse aspecto da cidade é bem retratado pelos romancistas e viajantes que visitaram ou permaneceram na Parahyba. Assim, a pesquisa buscou as narrativas dos viajantes que resgatam as modestas instalações do Cais do Varadouro e do empório comercial que lhe dava suporte. A obra de Walfredo Rodriguez (1961) é citada, mais freqüentemente, por evocar a singela paisagem da Capital da Província da Paraíba, resgatando uma época de seu próprio convívio, a que faz jus como bem afirma Waldemar Duarte (1984, p. 23):

Walfredo Rodriguez, que viveu de 1894 a nossos dias, participou da vida colonial e acompanhou todo o desenvolvimento de nossa capital, sendo um dos seus impulsionadores, [...] Além de participar da vida cultural, Walfredo Rodriguez conviveu com todos os nossos intelectuais que faziam poesia, ficção e história. [...] Teve a felicidade de viver no período mais áureo de nossa cultura, [...] Essa convivência conferiu-lhe autoridade de evocar, com precisão, todos os grandes acontecimentos culturais, políticos e administrativos da Parahyba, cuja autoridade se revela nesse excelente livro de evocações históricas, que é Roteiro Sentimental de uma Cidade [...]

Nestas linhas a descrição nos dá um enfoque, sobre a condição da cidade baixa, onde se concentravam as atividades comerciais, reconstituindo a paisagem urbana na área onde se instala o Porto do Capim, no início do século XX. Joaquim Inácio relata o momento em que desembarcou na estação da via férrea, referindo-se aos equipamentos da área do Porto do Capim,

“[...] O prédio da Estação da E. de Ferro dá a impressão de que é, desde muito, ali, encarado como uma cousa provisória, que se tem de modificar com uma nova construção, perfeitamente condigna e capaz de satisfazer amplamente às exigências daquele empório comercial” (INÁCIO, 1987, p. 3-4).

O relato de Joaquim Inácio, durante os quatorze dias em que permaneceu na capital paraibana, possibilita resgatar o deslocamento progressivo dos estabelecimentos comerciais pelas ruas Maciel Pinheiro e Barão do Triunfo, tradicionais vias comerciais e rotas de expansão da cidade. Todavia, sua descrição contempla, sobretudo, o momento em que são iniciadas as intervenções mais importantes do ponto de vista da salubridade urbana – as obras de saneamento e esgotamento sanitário. Essas obras foram implementadas no governo do então prefeito Guedes Pereira, cujo projeto foi confiado aos Escritórios de Engenharia Saturnino de Brito. Apesar do caráter pragmático de sua visita, Joaquim Inácio não se deteve em descrever a visão panorâmica que, em 1924,

apreendeu desta parte de cidade e seus arredores, numa linguagem figurativa e poética, como denota o fragmento do texto a seguir:

[...] Para as bandas do poente, o Sanhauá e o Parahyba. [...] De uma e de outra margem do rio plácido, cujas águas tinham aquela hora, cintilações de prata brunida ao sol, o alagadiço verdejante dos mangues. Inlectindo a vista um pouco a noroeste descobre-se, às margens do Parahyba, o verde claro dos canaviais e pontilhando as amplas várzeas o casario branco demarcando os pousos felizes dos senhores de engenho. Embriaga-se o olhar, e me parece que ainda tenho a vista saturada de verde: o verde esmaecido dos canaviais, dos relvados distantes, trepando sobre aqueles elevações do solo ao poente, o verde escuro da mata mais alta. E ao longe, muito para o interior, a linha azul da cumiada das serras distantes. [...] e considerei, enfim, que o deslumbramento daquela natureza circulante explicava os fulgores da inteligência e as prodigalidades do afeto daquela gente (INÁCIO, 1987, p.22-23).

3.2 HISTÓRIA E COTIDIANO DA COMUNIDADE DO PORTO DO CAPIM

De acordo com Mauro Guilherme Pinheiro Koury, 2010 p. 288/289 , O bairro do Varadouro, margeado pelo Rio Sanhauá, é um ponto de referência e local de nascimento da capital. Ponto onde se concentrava o comércio e a política local até o final do século XIX e primeiras décadas do XX. Faz parte da chamada cidade baixa e dos bairros históricos de João Pessoa.



FIGURA 5: PANORAMA ATUAL DO (PORTO DO CAPIM) REGISTRO EM 07/07/2011 AUTOR: FABIO MENDES

Hoje o decadente bairro do Varadouro sobrevive, sobretudo, como ponto de estabelecimentos comerciais para a população de baixa renda e de serviços, com oficinas mecânicas, gráficas, material de construção e de escritório. Abriga uma população pobre em suas ruas estreitas e prédios decadentes e mal conservados, junto com um grande mercado informal, constituído de camelôs, bares e locais de prostituição e uma população flutuante de homens que vivem de transporte de cargas e transportes alternativos urbanos para os bairros da capital e outras cidades do interior do estado e estados vizinhos, sobretudo Rio Grande do Norte e Pernambuco (KOURY, 2010 p. 292)

Na faixa estreita entre o Rio Sanhauá e a linha férrea entendem-se, ainda, pequenos arruados de casas simples onde sobrevivem uma população em sua maioria composta de desempregados e subempregados da cidade de João Pessoa, em grande parte oriundos do interior do estado nos últimos trinta ou quarenta anos. Vivem do comércio informal e da pesca de mariscos e caranguejos no vasto manguezal do rio.

Essa situação vem perdurando a anos, pois o bairro apresenta aspectos peculiares que pouco se modificaram ao longo do tempo, visto que a população local é composta por pessoas de baixa renda e com suas atividades desenvolvidas de maneira rudimentar como a pesca, e pequenos comércios ambulantes margeando as ruas e em frente as suas residências sem uma infra-estrutura adequada.

Ainda de acordo com Koury (2005, p. 43-59), Como informa um relatório técnico de 1983 sobre a expansão de nucleamentos subnormais na cidade de João Pessoa a partir dos anos de 1970: “Em João Pessoa, além da periferia, a existência de áreas baixas e alagadiças dos vales dos rios Jaguaribe e Sanhauá têm funcionado como alternativa viável de ‘morar’ para os setores da população à margem do mercado habitacional. Com deficiência de serviços de infra-estrutura básica e sujeitos a inundações, tais áreas são desvalorizadas (...), oferecendo, portanto, maior segurança do ponto de vista da possibilidade de permanência em tais locais. Assim, uma vez construída a moradia, está a posse da terra, temporariamente, garantida” (FIPLAN, 1983, pp. 57-8).

Essa opção de moradia possibilita ao residente a permanência e a posse definitiva do terreno, visto que nessa área o poder público dificilmente irá intervir para a

construção de praças, locais públicos e unidades habitacionais, face pertencer a área de constante risco.



FIGURA 6: VISTA DA PONTE DO RIO SANHAUÁ REGISTRO EM 07/07/2011 AUTOR: FABIO MENDES

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 06 e 08 de junho de 2011, onde foram realizadas entrevistas com moradores locais, transeuntes e comerciantes da região. No Varadouro encontra-se, também, a estação rodoviária e a estação ferroviária da capital, bem como para lá converge a maior parte das linhas de ônibus da cidade. O terminal dos ônibus de todos os bairros da cidade e de municípios da região metropolitana de João Pessoa fica próximo à rodoviária, o que facilita a ida e vinda e a circulação dos habitantes do lugar, ao mesmo tempo em que tem um afluxo enorme de pessoas em suas imediações que não moram ou trabalham na região, mas que para lá são atraídas quer pelo comércio popular que domina o local, quer pelos terminais de ônibus e trens urbanos e intermunicipais e estaduais.

Pelas ruas estreitas do bairro, ao lado de muitos prédios abandonados, destruídos ou em processo de destruição, é possível se dar conta, ainda, da existência de muitas pousadas e hotéis baratos que sobrevivem no local para abrigar tanto uma população que vem do interior para a capital, tanto quanto para enlaces

amorosos e sexuais com a prostituição local. No bairro do Varadouro, em uma caminhada por suas ruas estreitas, é possível notar, também, uma quantidade considerável de bares, com apenas uma porta e balcão, ou com um salão onde são dispostas cadeiras e mesas, à noite ampliadas para o espaço das calçadas, e muitas casas de prostituição. Estas últimas constituídas de uma sala onde funciona o bar e onde as mulheres são dispostas à espera de clientes e um corredor com quartos para o atendimento. Muitas das mulheres moram nas próprias casas de prostituição, outras moram, talvez em maior número, em quartos alugados pela redondeza ou em outros bairros e freqüentam o local profissionalmente.

O mercado local onde se comercializa desde gêneros alimentícios a roupas e artesanato junto à parada de ônibus que dão acesso aos municípios da grande João Pessoa concentra uma população móvel, e um chega e parte enorme de pessoas que trabalham na capital ou a ela vêm para estudo ou negócios ou simples passeio, congregando, também, um número considerável de lanchonetes e bares, construídos rente à parada de ônibus e de frente para o mercado e que atende a esta população específica, embora também freqüentados por prostitutas e por camelôs, trabalhadores e moradores locais. Embora estes últimos sejam poucos.

O bairro do Varadouro, assim, é um bairro central da cidade, de muito movimento ainda nos dias de hoje, apesar de sua evidente decadência. O movimento é garantido por o bairro reunir os terminais de ônibus estaduais, interestaduais e municipais e a linha férrea da cidade, por concentrar um comércio ambulante diversificado, pela existência de inúmeras pensões e hotéis que hospedam pessoas que vêm do interior do estado, pela existência de um mercado público variado, e pela grande concentração de casas de prostituição baratas da capital.

O bairro do Varadouro estende-se, também, por uma pequena faixa de terra situada entre as margens do rio Sanhauá e a estrada de ferro. Nessa faixa estreita que transpõe a rua Porto do Capim, habita uma população carente em casas simples que compõe uma espécie de arruado, no local onde se localizou a primeira tentativa de um porto na capital, o Porto do Capim.

A Rua Porto do Capim é uma localidade demarcada com facilidade no Varadouro.

As casas simples que fazem uma espécie de arruado entre a linha férrea e o mangue e o estuário do Sanhauá ampliam o universo dos moradores do Varadouro com

outros tantos, também compostos de uma população de baixa renda, que moram em várias outras ruas do bairro, e utilizam casas e prédios em estado grande de deterioração, nesta parte antiga e em péssimo estado de conservação, dividindo o espaço do bairro com um comércio informal, oficinas mecânicas e serviços, bem como, como comentado acima, com bares e casas de prostituição.

Duas linhas ferroviárias, uma delas, já desativada há algum tempo, e a outra em funcionamento demarcam os limites do arruado. O Porto do Capim, no Varadouro, já fora um centro de entrada e saída importante de mercadorias da cidade de João Pessoa, desde sua origem. Lá era descarregada boa parte das mercadorias que abasteciam a cidade (SILVA, 1997). Segundo um antigo morador da região, aqui chamado de Agamenon, o local “ganhou esse nome porque os soldados do exército iam lá buscar a capim, que servia de ração para os cavalos lá do quartel. Iam lá buscar e comunicavam: ‘tamos indo lá no Porto do Capim pegar ração’. E foi assim que o nome pegou e o povo ainda hoje usa pra chamar aqui”.

Provavelmente, apenas uma estória contada ao pesquisador por um informante.

Digna de registro mesmo sem checar a informação, porém, pela perspicácia da construção narrativa e, também, porque, entre outros aspectos, este relatório retende usar o imaginário dos lugares pesquisados pelos seus habitantes e pelos habitantes do conjunto da cidade.

Ainda de acordo com (KOURY, 2010 p.286) Dentro do mangue, ainda encontra-se os restos da base da construção do que viria a ser o moderno porto. Nos anos trinta do século passado, na realidade, foi realizado um vasto projeto, não viabilizado por diversas questões técnicas e políticas, de construção de um moderno porto no local onde tradicionalmente existia um ancoradouro denominado Porto do Capim. A obra foi embargada e, posteriormente deixada de lado, e teve sua verba transferida definitivamente para a modernização do porto marítimo de Cabedelo, cidade que compõe hoje a grande João Pessoa, também nesses anos. Na mentalidade dos moradores que vivem a pequena faixa do arruado do Porto do Capim no bairro do Varadouro, contudo, “o que faltou foi garra política e muito roubo, penalizando toda a região local aqui do bairro de Varadouro e a cidade de João Pessoa em benefício de Cabedelo”.



FIGURA 7: CASARÃO PRÓXIMO A RUA DA AREIA AUTOR: FABIO MENDES 07/06/2011

Nos prédios antigos, já bastante deteriorados, ou mesmo nos já destruídos, mora uma população pobre. Muitos destes imóveis são alugados a baixo custo e outros tantos transformados em fileiras de “ quartos de aluguel”, ou mesmo em pequenos conglomerados de casas de taipa e casebres que tomam o espaço deixado pelos antigos prédios em ruína.

Prédios em ruína, casas de taipa, cortiços, arruados, mesclam-se com ruínas de antigas fábricas, depósitos de mercadoria e pequenas oficinas. Na rua Porto do Capim e adjacências, no bairro do Varadouro, por exemplo, as casas simples encontram-se permeadas por antigos depósitos das mercadorias que chegavam no atracadouro, todos quase sem uso e pequenas oficinas mecânicas que ainda hoje teimam em existir. As casas e os barracos onde os moradores habitam situam-se, por sua vez, entre a margem do mangue e o final dos prédios antigos.

De acordo com Vilar (2001, p. 38), “nesta localidade, já houve um movimento de trabalhadores organizado e já fora antes mais povoado, quando aquele trecho ainda

tinha grande importância para o comércio geral da cidade. Ainda hoje existe o prédio do sindicato, onde alguns trabalhadores da área, que vivem noutros bairros, podem dormir.

Com o fechamentos dos armazéns, dos depósitos e das fábricas, houve uma certa dispersão e, provavelmente, uma interrupção de investimentos na área - uma vez que agora já não era interessantemente econômica. Houve um esquecimento - isto é bastante visível.

A população atual é constituída tanto de pessoas que vieram do interior quanto de pessoas que nasceram e foram criadas na capital. É bom viver no Varadouro, apesar do evidente sentimento de perda.

Apesar dos comentários saudosos e sentimentais sobre o bairro de antigamente em comparação com a decadência do bairro hoje, feito pelos moradores entrevistados, é bom viver no Varadouro. Alegam que o bairro por ser central facilita a vida de quem nele habita, seja pelo comércio formal e informal que viceja ao seu redor, permitindo proximidade do local de trabalho, como emprego no comércio, nas oficinas, ou mesmo no comércio ambulante, seja pelos terminais de ônibus urbanos, facilitando o deslocamento para qualquer parte da cidade com apenas uma passagem, e estaduais e interestaduais e a ferroviária no local, seja pelo estuário do rio que permite a pesca de caranguejo, além de próximo a áreas de lazer baratas próximas do centro como o Parque Arruda Câmara, a bica, ou o Parque Sólon de Lucena, a lagoa.

A grande questão colocada no bairro pelos moradores é a sua decadência, embora saibam que ainda estão no bairro por causa dela. O movimento de revitalização do Sítio Histórico da cidade, nos anos noventa do século passado, dividiu a opinião de vários informantes. De um lado, se encontravam aqueles que viam o interesse da cidade pela recomposição do bairro, como um modo de beneficiamento do mesmo e, por extensão de melhoria das habitações e do viver no bairro. De outro, em sua maior parte, contudo, encontravam-se os que viam o processo de revitalização como mais uma ameaça para os moradores do local como um todo.

A extensão do processo de revitalização terminaria por encarecer o custo das moradias e o deslocamento para áreas distantes do centro seria inevitável. Esta discussão, contudo, no adentrar do ano 2000 até o presente momento, tendeu a

esmorecer, pelo esmorecimento do processo de revitalização pelo município e fracasso da área revitalizada e que fez muito sucesso nos últimos anos do século passado.

Ao perguntar, contudo, se Varadouro é um bairro perigoso e do que elas sentem medo, a resposta geralmente é seca e clara, “a gente não tem medo de nada”, ou “aqui ninguém tem porque ter medo”. O que parece entrar em contradição com as declarações sobre a decadência do bairro, da expulsão gradativa dos seus moradores, de não poder mais deixar seus filhos brincarem nas calçadas, da convivência com as casas de prostituição no lugar, entre outras.

Quando se pergunta sobre medo para os moradores do Varadouro, a palavra medo está associada à violência urbana tal qual discutida pela mídia da cidade, local de roubos, assassinatos, drogados ou ponto de venda de drogas, e não pela diferenciação do público e escassez dos moradores e vínculos estreitos entre eles, como no passado. A resposta de que “aqui ninguém tem porque ter medo” busca dar ênfase, assim e principalmente, de que apesar de pobre o bairro do Varadouro “é um lugar muito calmo”.

A ênfase na calma do lugar, na tranqüilidade existente na localidade, em certa parte visa a responder ao imaginário da cidade em seu entorno que qualifica o local como um ambiente perigoso, local de ladrões e um dos pontos de droga da capital.

A mídia local sempre coloca a região como uma região problema. As páginas policiais notabilizam o lugar como um lugar violento e um perigoso reduto de marginais. Desfazer esta imagem é uma preocupação nítida e enfática. O Varadouro, e principalmente o seu núcleo mais pobre na faixa estreita entre a rede ferroviária e o estuário do Sanhauá, carregam uma imagem da qual boa parte das pessoas que vivem lá não concorda e rejeita.

Não se encontra em discussão a veracidade ou não da imagem transmitida pela mídia local e que faz parte dos moradores da cidade de João Pessoa como um todo sobre o bairro do Varadouro. Esta imagem, contudo, é vista pelos moradores do Varadouro como uma imagem montada pelas pessoas de fora do bairro como forma de denegrir ainda mais a imagem do bairro como um todo, ou pelo desconhecimento do local, ficando o bairro sobre suspeição por ser pobre e decadente.

A imagem sentida e elaborada pelas pessoas do bairro, pelos seus próprios moradores, no entanto, é uma imagem oposta ou inversa da imagem da mídia.

Assim, vêem o bairro como um lugar calmo, tranquilo e bom para se morar. Mais, para os moradores, Varadouro é o bairro onde a cidade nasceu.

Buscam deste modo enfrentar o estigma do perigoso que cerca o imaginário da cidade sobre os locais de moradia “dos pobres.

As situações onde temores afloram nas relações sociais são vistas junto às pessoas que as vivenciam através de uma idéia de fracasso pessoal (KOURY, 2002). A insegurança a que estão expostos como pobres, ou como sujeitos de uma situação degradante qualquer, pelo social mais amplo, faz com que os indivíduos nelas expostos, de um lado, tentem negar a sua existência, confrontando com uma visão oposta ou, de outro, a enfrentando como uma fatalidade. Nas duas possibilidades o medo ou o sentimento de risco a que se encontram submetidos, ou ainda, a avaliação dos outros a que se sentem envolvidos como moradores do lugar é, avaliados como uma emoção considerada vergonhosa (DELUMEAU, 1989, ELIAS, 1990 e 1993).

Essa vergonha parece delimitar as estruturas de significação dos moradores do lugar e os marcam como pessoas que vivem uma situação comum, no interior do bairro e ao mesmo tempo diferenciada dos demais bairros e da cidade em geral. Perpassa, porém, entre os moradores do Varadouro um sentimento comum a outros moradores de outros bairros da cidade que os fazem pertencentes não só ao bairro, mas a toda a cidade.

Esse sentimento diz respeito às mudanças da cidade e as conseqüências dessas mudanças na vida de cada um.

Entre as conseqüências usuais sentidas pelos moradores do Varadouro que parece dizer respeito ao conjunto dos moradores da cidade figura a preocupação com o trabalho, o medo de perdê-lo ou de não encontrar um trabalho. Trabalhar, ter como sustentar a família, dar condições de estudos para os filhos faz parte da preocupação de quase todos os informantes.

O medo de ser afetado pelo desemprego gera angustia. Quase todos os informantes tem histórias de vizinhos, familiares, quando não de si próprios de períodos difíceis gerados pela falta de trabalho e a perspectiva de um novo engajamento, que sempre custa a chegar, em um novo trabalho, e a falta de esperança para uma melhora na qualidade de vida pessoal.

A decadência do bairro, o receio de serem expulsos se houver uma reforma no local e ao mesmo tempo a angústia trazida pela deterioração completa do lugar dão margem, também, à insegurança e sentimento de exclusão social.

4 DEGRADAÇÃO E POLUIÇÃO DO RIO SANHAUÁ E SEUS MANGUESAIS

Segundo matéria do site paraíba hoje publicada em 09/07/2011 Milhares de litros de esgoto, além de lixo são lançados, diariamente, no rio Sanhauá, que banha os municípios de João Pessoa e Bayeux. Ao mesmo tempo em que realizam diferentes atividades em seu leito, como pesca, navegação e lazer, os moradores ribeirinhos, que não têm atendimento com saneamento básico, utilizam as águas do rio como depósito para os seus dejetos. Maria do Socorro Meireles, que vive há 16 anos às margens do Sanhauá, na comunidade do Porto do Capim, em João Pessoa, não tem abastecimento de água em casa. A água suja do rio é necessária, muitas vezes, para a higienização da casa em que vive com três crianças de 11, 9 e 7 anos de idade. "Todas essas pessoas que moram na beira do Sanhauá jogam o esgoto direto no rio. Nesse tempo todo que moro aqui nunca houve nenhum projeto de saneamento básico para essa comunidade".

De acordo com a chefe de fiscalização ambiental da Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa SEMAM, Socorro Menezes, algumas residências já foram notificadas, além de uma oficina de grande porte próxima à comunidade, que também despejavam seus esgotos no Sanhauá. "Foi dado um prazo de 30 dias, que podiam ser renovados por mais 30, para a regulamentação dessas residências e oficina", disse. No entanto, as providências estão longe de ser tomadas. A representante da SEMAM afirmou ainda que os problemas com a poluição do rio Sanhauá são de difícil solução "por se tratar de uma população muito carente, sem infra-estrutura, nem ao menos espaço para construir fossa séptica". Ela acrescentou que as fiscalizações, no trecho do rio que compete ao município de João Pessoa acontece freqüentemente. Mas não apenas o esgoto da comunidade Porto do Capim está poluindo o rio. A falta de uma política educacional de preservação ambiental faz com que a população mantenha a cultura de jogar o lixo sólido nas margens do seu leito. Josenilda Maria Nascimento mora no local

há cinco anos e afirma que a coleta de lixo funciona normalmente, mas as pessoas ainda deixam dejetos acumulados, o que atrai muitos mosquitos, baratas e ratos.



FIGURA 8: DEGRADAÇÃO DOS MANGUEZAIS FONTE: SOS RIOS DO BRASIL ACESSO EM 10/06/2011

No ano de 2010, uma ação de monitoramento do Sanhauá foi realizada pela Organização SOS Mata Atlântica que constatou a qualidade da água estava em níveis aceitáveis. A Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) também afirma realizar monitoramentos constantes em todo o leito do rio.

O aumento da população e o crescimento das cidades, aliada ao desejo natural do homem de elevação do nível e da qualidade de vida têm resultado em problemas como a poluição da água e a degradação dos manguezais. No estado da Paraíba, o rio Sanhauá, que compõe o estuário do Paraíba do Norte, está situado bem próximo ao centro da cidade de João Pessoa, sua capital, numa área totalmente urbanizada e por isso apresenta problemas de degradação que afetam diretamente a qualidade de vida da população residente nas suas margens. Nessa área também se encontra assentado o antigo Lixão do Roger, desativado em 2003 após cerca de 40 anos de funcionamento. Esse fato agrava ainda mais os problemas ambientais e de saúde pública da população que reside nas proximidades. Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é a avaliação da qualidade da água e os conflitos existentes do seu uso no estuário do rio Sanhauá, na área de influência do antigo Lixão do Roger. Para tanto, foi realizado

durante um período de dois anos, levantamento de informações e obtenção de dados da área de estudo. Foram utilizados como recursos a investigação visual e registro fotográfico das fontes poluidoras, a aplicação de formulários junto aos moradores das comunidades afetadas diretamente pelo antigo Lixão do Roger e o monitoramento da qualidade da água superficial em quatro pontos de coleta (dois a montante e dois a jusante do antigo Lixão). As análises da água foram realizadas no Laboratório de Saneamento da Universidade Federal da Paraíba. O antigo Lixão do Roger ainda continua produzindo chorume que escorre para o manguezal do rio Sanhauá, todavia foram observados vários pontos de poluição com lançamento de esgotos domésticos e de resíduos sólidos diretamente no rio. Comparando a qualidade da água superficial com os padrões da classe 3 de águas doces na qual está enquadrado o rio Sanhauá e com padrão de classe 1 de águas salobras, verificou-se que essa água supera os valores máximos permitidos preconizados pela Resolução do CONAMA 357/05. Pode-se concluir então, que o antigo Lixão ainda é um grande poluidor do rio Sanhauá, mas não é o único, pois, as comunidades inseridas na sua área de influência são desprovidas de esgotamento sanitário e os dejetos são lançados diretamente no rio. Também foi verificado o depósito de lixo doméstico no rio ao mesmo tempo em que se realizavam outras atividades como pesca, navegação, recreação (banho), o que por si só já demonstra usos conflitantes da água.

4.1 A IMPORTÂNCIA DOS MANGUEZAIS



FIGURA 9: IMPORTÂNCIA DOS MANGUEZAIS FONTE: WWW.BRVIARURAL.COM ACESSO 10/06/2011

De acordo com a professora Janaina Santos em seu artigo intitulado manguezais, escrito para o site; www.moisesneto.com.br em maio/09. Os manguezais são ecossistemas que portam comunidades vegetais típicas de ambientes alagados, resistentes à alta salinidade da água e do solo. Colonizam as costas tropicais e subtropicais, estando presentes nas Américas, África, Ásia e Oceania. No Brasil, os manguezais ocorrem desde o Cabo Orange no Amapá, até a cidade de Laguna em Santa Catarina. No passado, a extensão dos manguezais brasileiros era muito maior: muitos portos, indústrias, loteamentos e rodovias costeiras foram desenvolvidos em áreas de manguezal. Os manguezais não são muito ricos em espécies, porém, destacam-se pela grande abundância das populações que neles vivem. Por isso podem ser considerados uns dos mais produtivos ambientes naturais do Brasil. O estuário é a faixa de transição entre os ambientes terrestre e marinho. É onde a água salgada do mar se encontra com a água doce do rio. Dessa mistura surge um solo alagado, salino, rico em nutrientes e em matéria orgânica. Poucas plantas estão aptas a sobreviver num local inundado pelo mar e com pouco oxigênio, mas isso não impede que florestas cresçam na água salobra.

Embora os manguezais estejam situados em terrenos alagados com a fusão de água doce e de água salobra e com pouco oxigênio, eles sustentam centenas de espécies de animais e plantas tornando um ecossistema essencial e com uma grande importância para o equilíbrio ambiental das áreas em que ocupam.

Ainda de acordo com a Profª Janaina Santos. Os manguezais têm diferentes tipos de árvores, como o mangue vermelho, mangue branco, mangue preto e o mangue botão. Em apenas cinco anos, uma árvore de mangue fica adulta e reproduz, podendo chegar a 20 metros de altura. Suas raízes são capazes de passar períodos ficando cobertas pela água do mar e conseguir o oxigênio que não encontram no solo. É o caso das raízes chamadas pneumatóforos, que deixam uma ponta fora da lama, ajudando a planta a respirar. Bromélias e orquídeas são outras espécies da flora do manguezal. Quanto a fauna, destacam-se as várias espécies de caranguejos, formando enormes populações nos fundos lodosos. Nos troncos submersos encontram-se vários animais filtradores, tais como as ostras. Uma grande variedade de peixes penetra nos manguezais na maré alta. Muito dos peixes que constituem o estoque pesqueiro das águas costeiras dependem das fontes alimentares do manguezal, pelo menos na fase jovem. Por esse motivo o manguezal é considerado o berçário do mar. Diversas espécies de aves comedoras de peixes e de invertebrados marinhos fazem seus ninhos nas árvores do manguezal, alimentando-se especialmente na maré baixa, quando os fundos lodosos são expostos. Os manguezais fornecem rica alimentação protéica para a população litorânea: a pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e moluscos são para os moradores do litoral uma das principais fontes de subsistência. A destruição gratuita, a poluição doméstica e química das águas, derramamento de petróleo e aterros mal planejados, são os grandes inimigos do manguezal.

Os manguezais são bastante vulneráveis a destruição e agentes poluidores, primeiro por conta das populações residentes nas suas margens que devido a falta de saneamento básico, polui os mesmos a todo instante lançando seus dejetos, em seguida vem os transportes marítimos que freqüentemente lançam resíduos químicos como óleo diesel matando populações inteiras de peixes e crustáceos.

A professora Janaína Santos em seu artigo manguezais fala que: A vegetação do manguezal enriquece e mantém a produtividade das águas costeiras próximas, sustentando os estoques de camarões e de peixes os quais o homem captura para seu

consumo. A fauna do manguezal, possuindo um grande valor nutritivo e econômico para o homem, atrai populações humanas que se instalam nas proximidades do manguezal. As comunidades ribeirinhas mantêm relação de grande dependência com os recursos oferecidos pelo manguezal. Mulheres e crianças saem durante a maré baixa à procura de mariscos, tanto daqueles que se enterram na lama, como das ostras presas nas raízes do mangue vermelho. Enquanto isso os homens pescam nas águas protegidas dos estuários. Esses agrupamentos populacionais são pobres e, de um modo geral não recebem apoio dos órgãos governamentais. Entretanto, para que os recursos do manguezal sejam utilizados racionalmente, de forma sustentada, é preciso que o homem entenda melhor o funcionamento desse ambiente. Deve-se evitar fatos comuns hoje em dia, como a captura de caranguejos durante a época de reprodução, pois justamente nessa fase que ficam mais expostos tornando-se presa fácil. Assim, a conservação dos manguezais nos leva a duas questões: a social e a ambiental. A importância social mostra que muitas pessoas vivem do manguezal e dependem desse ambiente para sobreviver. Por exemplo, só em Pernambuco, mais de 20 mil famílias de pescadores sobrevivem da pesca artesanal e da coleta de moluscos e crustáceos. A importância ambiental mostra que o manguezal é uma verdadeira maternidade e berçário de várias espécies. Um determinado impacto que esteja afetando o manguezal pode desencadear o surgimento de outros, ao longo do tempo. O acúmulo de substâncias tóxicas no ambiente pode ter seus efeitos multiplicados atingindo inclusive a saúde humana.

Os manguezais, exercem papel fundamental para as populações que os margeiam, pois deles elas tiram o sustento, seja na forma de peixes, mariscos, ostras, dentre outros, muitas vezes pondo em risco o desaparecimento de espécies em período de reprodução, devido a falta de fiscalização do poder público disciplinando as atividades pesqueiras.

Ainda de acordo com o artigo manguezais da professora Janaína Santos, A costa brasileira apresenta, numa superfície de cerca de 20 mil km², desde o Cabo Orange, no Amapá, até o município de Laguna, em Santa Catarina, uma estreita faixa de floresta chamada manguezal ou mangue. Este é composto por um pequeno número de espécies de árvores e desenvolve-se principalmente nos estuários e na foz dos rios, onde há água salobra e local semi-abrigado da ação das ondas, mas aberto para receber a água do mar. Trata-se de ambiente com bom abastecimento de nutrientes, onde, sob os solos

lodosos, há uma textura de raízes e material vegetal parcialmente decomposto, chamado turfa. Nos estuários, os fundos lodosos são atravessados por canais de marés, utilizados pela fauna para os seus deslocamentos entre o mar, os rios e o manguezal. O Brasil tem uma das maiores extensões de manguezais do mundo. Menosprezado no passado, pois a presença do mangue estava intimamente associada à febre amarela e à malária, enfermidade já controlada, a palavra mangue, infelizmente, adquiriu o sentido de desordem, sujeira ou local suspeito. O manguezal foi durante muito tempo considerado um ambiente inóspito pela presença constante de borrachudos, mosquitos pólvora e mutucas. As florestas escuras, barrentas, sem atrativos estéticos e infectadas por insetos molestantes fez com que, até meados da década de 70, se pensasse que o progresso do litoral marinho fosse equivalente a praias limpas, aterros saneados, portos confinados por concreto e experimentos de cultivo para aproveitar os terrenos dos velhos manguezais. Embora seja grande a importância econômica e social do manguezal, este enfoque foi em parte responsável pela construção de portos, balneários e rodovias costeiras em suas áreas, diminuindo a extensão dos mangues. Ao contrário de outras florestas, os manguezais não são ricos em espécies, porém destacam-se pela grande abundância das populações que neles vivem. Por isso podem ser considerado um dos mais produtivos ambientes naturais do Brasil. Somente três árvores constituem as florestas de mangue: o mangue vermelho ou bravo, o mangue branco e o mangue seriba ou seriuba. Vivem na zona das marés, apresentando uma série de adaptações: raízes respiratórias (que abastecem com oxigênio as outras raízes enterradas e diminuem o impacto das ondas da maré), capacidade de ultra filtração da água salobra e desenvolvimento das plântulas na planta materna, para serem posteriormente dispersas pela água do mar. A flora do manguezal pode ser acrescida de poucas espécies, como a samambaia do mangue. No Norte do País, as espessas florestas de mangue apresentam árvores que podem atingir 20 metros de altura. Na região Nordeste há um tipo de manguezal conhecido como "mangue seco", com árvores de pequeno porte em um substrato de alta salinidade. Já no Sudoeste brasileiro, apresenta aspecto de bosque de arbustos. O chão escuro do mangue é coberto por água na preamar. Ricas comunidades de algas crescem sobre as raízes aéreas das árvores, na faixa coberta pela maré, e, entre elas, encontram-se algas vermelhas, verdes e azuis. Os troncos permanentemente expostos e as copas das árvores são pobres em plantas epífitas. Bactérias e fungos decompõem as folhas do manguezal e a cadeia alimentar é baseada no uso dos detritos

resultantes desta decomposição. Quanto à fauna, destacam-se várias espécies de caranguejos formando enormes populações nos fundos lodosos. As ostras, mexilhões, berbigões e cracas se alimentam filtrando da água os pequenos fragmentos de detritos vegetais, ricos em bactérias. Há também espécies de moluscos que perfuram a madeira dos troncos de árvores, construindo ali os seus tubos calcários e se alimentando de microorganismos que decompõem a lignina dos troncos, auxiliando a renovação natural do ecossistema através da queda de árvores velhas, muito perfuradas. Os camarões também entram nos mangues durante a maré alta para se alimentar.

Os manguezais eram vistos como focos de doenças e vermes num passado distante, até que estudos posteriores descobriram a importância que o mesmo exerce e com isso o sentido pejorativo de bagunça, desordem e doenças.

Segundo a Prof^a Janaina Santos, muitas das espécies de peixes do litoral brasileiro dependem das fontes alimentares do manguezal, pelo menos na fase jovem. Entre eles estão bagres, robalos, manjubas e tainhas. A riqueza de peixes atrai predadores, como algumas espécies de tubarões, cações e até golfinhos. O jacaré de papo amarelo e o sapo *Bufo marinus* podem, ocasionalmente, ser encontrados. Aves típicas são poucas, devido à pequena diversidade florística; entretanto, algumas espécies usam as árvores do mangue como pontos de observação, de repouso e de nidificação. Estas aves se alimentam de peixes, crustáceos e moluscos, especialmente na maré baixa, quando os fundos lodosos estão expostos. Entre os mamíferos, o coatié especialista em alimentar-se de caranguejos. A lontra, hábil pescadora, é freqüente, assim como o guaxinim. Os manguezais, usados pelos homens dos sambaquis há mais de 7 mil anos e, a partir de então, pelas populações que os sucederam, fornecem uma rica alimentação protéica para a população litorânea brasileira. A pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e moluscos é para os moradores do litoral a principal fonte de subsistência. Embora protegido por lei, o manguezal ainda sofre com a destruição gratuita, poluição doméstica e química das águas, derramamentos de petróleo e aterros mal planejados. Lama, lodo, águas escuras, caranguejos e mosquitos. Lugares insalubres e propícios à disseminação de doenças. Assim eram vistos os manguezais, um importante ecossistema existente no Brasil e em outras regiões tropicais do mundo. O processo de ocupação humana no litoral brasileiro provocou, principalmente até meados do século XX, um enorme impacto neste ecossistema. Aterros e desmatamentos, em função da

expansão urbana e industrial, reduziram drasticamente as áreas de manguezal. O desconhecimento sobre a importância deste ecossistema fez com que grandes áreas de manguezal fossem destruídas até como forma de melhorar o visual da cidade. Na tentativa de mudar este quadro, o manguezal é hoje, de acordo com a Lei Federal nº 4771, Área de Preservação Permanente. Porém, apesar disso, este importante ecossistema continua sendo ameaçado, principalmente devido à falta de fiscalização e de planos de recuperação por parte das autoridades competentes. Mas por que preservar os manguezais? Por que este ecossistema é tão importante? Características e adaptações

O manguezal é um ecossistema costeiro, que ocorre apenas em lugares com influência de marés e de água salobra, mistura de água doce e salgada. Por isso é comum encontrarmos este ecossistema em regiões estuarinas (local onde um rio deságua no mar), em lagoas e baías. Eles também só ocorrem em pontos da costa onde há depósito de sedimento fino, a argila, daí os manguezais estarem sempre associados à lama. É um ecossistema altamente produtivo, principalmente devido ao grande aporte de nutrientes vindos dos rios que se depositam em seu sedimento. O manguezal é um ecossistema exclusivamente tropical.

No Brasil eles ocorrem praticamente ao longo de toda a costa, desde o Amapá até Santa Catarina. Os mangues, plantas que compõem o manguezal, dominam a paisagem deste ecossistema. No Brasil ocorrem apenas três gêneros e na região sudeste apenas três espécies: mangue vermelho, mangue preto ou seriba e mangue branco. Além destas três espécies, algumas bromélias, orquídeas e líquens também estão presentes e outras espécies arbóreas são encontradas nas áreas de transição com outros ecossistemas, como o algodoeiro-da-praia. A baixa diversidade da flora do manguezal, em contraste com a mata atlântica por exemplo, se deve às condições abióticas às quais este ecossistema está submetido. Poucas espécies apresentam adaptações para sobreviver num ambiente com uma série de características estressantes como o manguezal. Por estar recebendo influência de água salobra, tanto as águas quanto o sedimento apresentam altos teores de sal, que são incorporados pelos organismos. O sal, se estiver muito concentrado, pode se tornar tóxico para esses organismos, principalmente para as plantas.

Ainda segundo a professora Janaína Santos, as espécies vegetais do manguezal apresentam adaptações para eliminar o excesso de sal através de estruturas chamadas

glândulas de sal presentes em suas folhas. Quem estiver visitando um manguezal, pode verificar este fato lambendo uma folha de mangue e sentindo o gosto de sal. Outro fator ambiental limitante para as plantas é a falta de oxigênio no solo. Além do solo ser compacto em virtude do pequeno tamanho dos grãos, o sedimento, permanece submerso pela maré cheia durante boa parte do dia. As raízes dos mangues, por estarem submersas, teriam dificuldade de absorver oxigênio, já que este gás está muito mais presente no ar do que na água. Porém, os mangues apresentam raízes peculiares que garantem a sua sobrevivência: raízes aéreas. No mangue preto e no mangue branco, raízes chamadas pneumatóforos emergem de baixo do sedimento em direção ao ar, de maneira que mesmo durante a maré cheia as extremidades das raízes ficam expostas ao ar possibilitando as trocas gasosas por parte das plantas. Já o mangue vermelho apresenta expansões no caule principal contendo lenticelas, que são buracos por onde são feitas as trocas gasosas. As raízes dos mangues são de fundamental importância para segurar o sedimento junto à margem, impedindo a erosão e um conseqüente assoreamento dos rios e canais os quais margeiam.

5 O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO

De acordo com Jovanka Bacurahy (2004) Nas duas últimas décadas do século XX, em várias cidades do mundo, foram desencadeados processos de “revitalização” de áreas urbanas degradadas promovendo reutilizações do patrimônio cultural, bem como dos recursos ambientais e paisagísticos. Nestas experiências recorrem aos símbolos representativos dos primórdios da formação das cidades ou de um *saber fazer*, de práticas ligadas à tradição e à memória coletiva. Destacam-se antigos trechos portuários, fábricas desativadas e centros históricos, bem como atuações no sentido da terceirização dos usos. Em geral, são processos que procuram atrair novos usos dos espaços na tentativa de viabilizar o sistema econômico utilizando como recurso o dinamismo cultural e turístico destes sítios históricos.

São intervenções urbanísticas que pressupõem um processo no qual ações integradas se desenvolvam mediante um planejamento estratégico entre poder público, iniciativa privada e usuários. A idéia geral é que os resultados positivos realimentem o processo atraindo novos investidores, gerando outros projetos. Expressam, assim, um dilema central da cultura contemporânea entre preservar e consumir e, além disto, seus aspectos excludentes vêm encontrando resistência organizada da sociedade civil, em fóruns e associações não-governamentais como, por exemplo, em São Paulo, do Fórum Centro Vivo (2000) que reuniu movimentos populares urbanos, pastorais, universidades e entidades de defesa dos direitos humanos, educação e cultura. São espaços geradores de intensas trocas sócio-culturais, de lugares públicos de contestação e/ou reivindicação de direitos sociais, mas também de segregação sócio-espacial.

As intervenções urbanas em patrimônios históricos como se vê ocorre em escala mundial, além do poder público diversos setores da sociedade e entidades não governamentais demonstram preocupação com a preservação do patrimônio cultural e histórico. Cada vez mais esses organismos vem atraindo recursos seja dos poderes públicos ou em parcerias com empresas privadas, para que a população seja inserida no contexto social participando da história e cultura do lugar.

Adotados em maior ou menor escala em diversas cidades, ganharam destaque após as experiências norte-americanas e européias bem sucedidas, a exemplo das pioneiras Baltimore, Londres, Barcelona, Lisboa e Cidade do Porto, entre outras. Na América Latina, destacam-se *Puerto Madero* e o bairro de *La Boca*, em Buenos Aires.

No Brasil, esse processo tem caracterizado diversos projetos como a reurbanização da *Praça 15 de Novembro* (Rio de Janeiro), o *Projeto Cores da Cidade* (Curitiba, Rio de Janeiro e Recife) e as experiências no *Pelourinho* de Salvador, além de iniciativas diversas em cidades como Fortaleza, São Luís, João Pessoa, entre outras.

Ainda de acordo com Jovanka Bacurahy (2004) No Brasil, diante de um quadro de crise econômica e social, destacam-se, nas análises sobre o fenômeno da revitalização urbana, pelo menos, duas posições que divergem quanto a esta forma de preservar e de, ao mesmo tempo, consumir os bens culturais. De um lado, uma abordagem que ressalta a necessidade de reestruturação dos centros urbanos devido à caracterização destas áreas como locais marginais, violentos e decadentes, associando tais políticas à possibilidade de dinamização da economia urbana e conseqüente geração de emprego e renda. Vêm-nas como “estratégias de desenvolvimento local”, utilizadas em função do declínio da economia e das crises fiscal e financeira, marcantes desde a década de 1980 quando o governo central teria se desobrigado das políticas públicas, exigindo mais responsabilidades de instâncias municipais e estaduais. Teriam sido abalados os modelos de investimentos em infraestrutura urbana e as prefeituras impelidas a gerar recursos e procurar estratégias de desenvolvimento sustentável. Nesta lógica, há um jogo de *marketing* e competição entre cidades por investimentos produtivos no mundo globalizado, no qual os bens culturais e as especificidades locais são elementos fundamentais por seus atributos ambientais, culturais e históricos. De outro lado, acentuam-se as análises que compreendem tais experiências de revitalização como práticas de *gentrification*, ou seja, como produção de uma cidade desigual, seja quando expulsam a população de baixa renda de bairros e trechos urbanos revitalizados em prol de interesses econômicos das elites, seja quando tomam as culturas apenas como elementos de captação de investimentos, mercadorias sobre as quais constrói-se um consenso sobre os rumos da cidade, financiado pelo capital privado e internacional. Nesta segunda perspectiva, estar-se-ia mimetizando o Primeiro Mundo e colocando os problemas e especificidades locais em segundo plano, muitas vezes atropelando questões ambientais e culturais de cada sociedade.

A falta de interesse do governo federal mostra que o país ainda carece de um entendimento no sentido da importância com a preservação da cultura e história, a medida que esse governo delega as responsabilidades aos poderes estadual e municipal

para que cada um forneça a sua parcela de contribuição no sentido de viabilizar investimentos.

Ainda segundo a prof^a Jovanka Baracuchy, um processo de revitalização do centro histórico de João Pessoa foi iniciado em 1987 mediante Convênio Brasil/Espanha de Cooperação Internacional, mas apenas em finais dos anos 1990 ocorreu um movimento mais articulado entre população local, poder público e iniciativa privada no sentido da revalorização do patrimônio cultural local (estes últimos, sobretudo, a partir dos recursos voltados para o turismo advindos de agentes financeiros internacionais como o BID através do Prodetur/NE) (8). Este trabalho focalizou os novos usos e as sociabilidades nos espaços de lazer e de cultura que se estruturaram a partir do período entre 1997-2002, marcado pelas obras, em especial, na Praça Anthenor Navarro e no Largo de São Frei Pedro Gonçalves, pela dinamização cultural destas áreas públicas e por um retorno das camadas médias e da elite local (estudantes, profissionais liberais, artistas, etc.) ao antigo centro da cidade.

Deste prisma, destacam-se sociabilidades diversificadas na formação de fóruns, associações e organizações não-governamentais, bem como atividades culturais nos espaços de lazer e diversão, festas populares, bares etc. como espaços nos quais se intensificaram as possibilidades de trocas, de aproximações e de reconhecimento das diferenças. Ainda de acordo com Jovanka Baracury (2004) três associações surgiram vinculadas ao processo de revitalização e representam formas de ação social organizada no sentido de uma maior participação da população local nos projetos: a) a Associação Centro Histórico Vivo (Acehrvo), reunindo antigos e novos comerciantes, moradores, jornalistas e artistas locais, representantes de movimentos sociais, pastorais, universidade e entidades ligadas aos direitos humanos, à cultura e à educação no estado da Paraíba; b) a *Associação Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa* que trabalha com jovens de baixa renda em canteiros de obras de restauração baseados no objetivo e na filosofia de “aprender fazendo” em ofícios de carpinteiro, pedreiro, jardineiro, marceneiro e serralheiro e, por último, c) a *Associação Folia de Rua* com o *Projeto Folia Cidadã*. Este último, centrado na perspectiva de alcançar e defender uma cidadania para crianças e adolescentes residentes na favela Porto do Capim mediante um trabalho educativo e artístico ligado à tradição do carnaval de rua. Estas, além de novas instâncias de debate sobre o tema, representam ações

concretas da sociedade civil no sentido da inserção social da população pobre residente no Centro histórico.

De acordo com Jovanka Baracuchy (2004) As análises de Canclini e de Featherstone possibilitaram-nos refletir sobre a política de proteção do patrimônio histórico administrada pelo Estado, buscando na arte e na cultura um tipo de crédito simbólico (ao aparecer como representantes da história nacional) e as empresas que investem (e querem retorno econômico) na cultura de ponta, renovadora da imagem “não interessada” de sua expansão econômica. Além de averiguar se apesar de ser essa a dinâmica da expansão e segmentação do mercado, os diversos agentes sociais e culturais – usuários, produtores de cultura e moradores das áreas cujo patrimônio cultural passou por revalorização nos últimos anos – redimensionam suas práticas e seus relatos ante tais contradições ou como imaginam que poderiam fazê-lo.

“Os produtos que saem da restauração estão portanto comprometidos. Isso já é muito. As ‘velhas pedras’ renovadas se tornam lugares de trânsito entre os fantasmas do passado e os imperativos do presente. São passagens sobre múltiplas fronteiras que separam as épocas, os grupos e as práticas. À maneira das praças públicas para onde afluem diferentes ruas, as construções restauradas constituem, de forma histórica e não mais geográfica, permutadores entre memórias estranhas (...) o certo é que as construções restauradas, já libertam a cidade de sua prisão numa univocidade imperialista. Mantêm aí (...) heterodoxias do passado. Salvaguardam um essencial da cidade, sua multiplicidade”.

Uma reportagem do Jornal *A União*, de 02 de novembro de 1997 destacava:

“O centro histórico pessoense está passando por uma grande cirurgia plástica para voltar a ter a cara de quando a cidade estava começando a crescer. Antigos prédios transformados em ruínas estão sendo recuperados para dar lugar a novas formas de exploração da chamada Cidade Antiga. (...) As ruínas que hoje fazem parte da paisagem urbana da Cidade Velha darão espaço a barzinhos, centros culturais e praças que, apesar do aspecto de novo que passarão a ter, terão de volta um pouco da arquitetura que João Pessoa já teve há séculos. Mas o Projeto vai além da recuperação dos prédios antigos e passa pela revitalização da área (...)”

Antevia-se a valorização das potencialidades da área como um “centro cultural e lanterninha da rota turística do estado” (Jornal *O Norte*, 30/03/1997). Antes mesmo de concluídas as obras da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Pedro Gonçalves, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Fundação de Cultura de João Pessoa –

Funjope, realizara o *Baile dos Artistas* e as prévias carnavalescas com, aproximadamente, duas mil e quinhentas pessoas no Adro da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves. A “Paixão de Cristo segundo o Anjo da Anunciação” foi encenada em frente ao Adro da Igreja de São Francisco e o *Arraial do Varadouro*, com o concurso de quadrilhas juninas, no Largo de São Frei Pedro Gonçalves.

As festas juninas, as prévias carnavalescas, os lançamentos de livros, shows, festivais de cultura popular, o *Auto de Deus*, entre outras, delinearão formas de usos desses lugares. O casario reformado da Praça Anthenor Navarro transformou-a num agitado “ponto de encontro” e diversão por onde circulavam políticos, escritores, intelectuais, artistas, estudantes, em principal, numa praça iluminada e ao som de um burburinho de vozes e música (jazz, MPB, música instrumental). Reforçava-se a impressão cenográfica da revitalização, cujo impacto passou a ser um enorme contraste social com a letargia do resto do bairro do Varadouro.

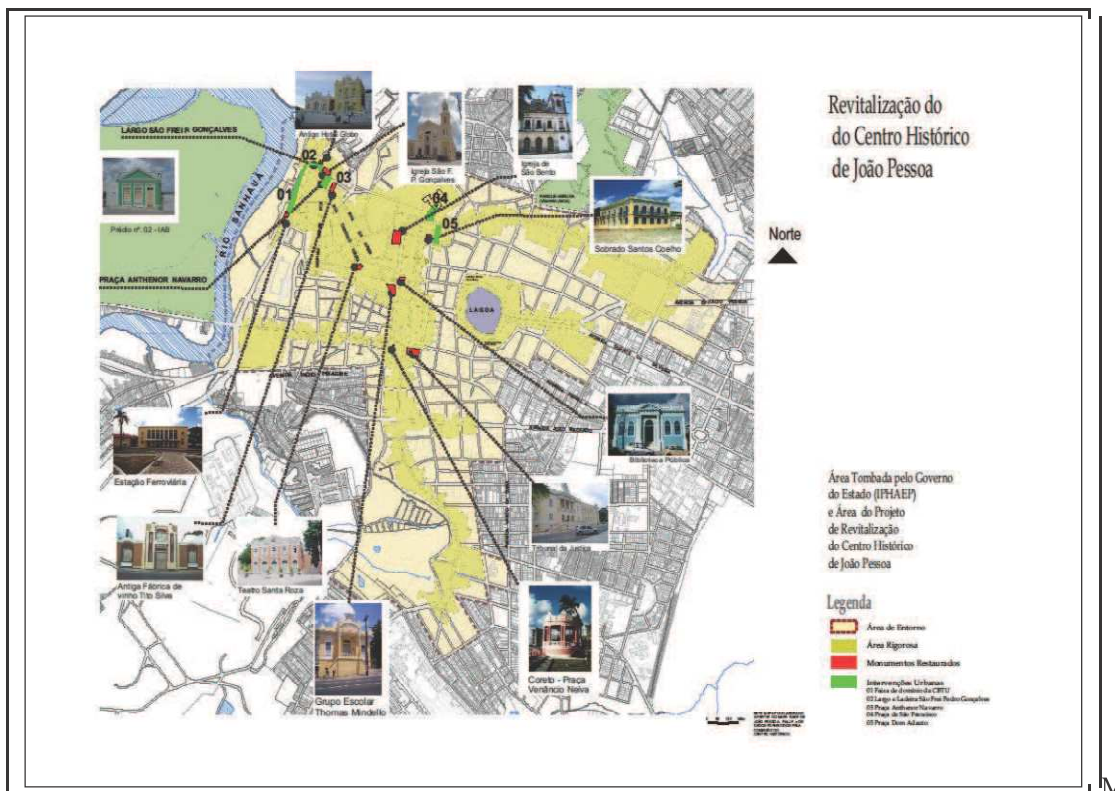
Ainda sobre a ótica de Jovanka Bacuhy (2004), Paralelamente a essa maior visibilidade, implantou-se um processo de publicidade do centro histórico, incentivado até mesmo pela intensificação do ato de circular e de conhecer, vivenciar as qualidades, mas também os problemas daquela área e da população moradora. Tornava-se público ainda o descaso das autoridades locais com a poluição do rio Sanhauá, agravada com a presença do Lixão do Róger e com as precárias condições do ambiente natural e da qualidade de vida das pessoas residentes na comunidade Porto do Capim.

Desse modo expressaram-se, desde o início das intervenções mais recentes no centro histórico de João Pessoa, as ambigüidades específicas de uma experiência que transformou em lugar de consumo uma praça abandonada e degradada, mas não conseguiu “revitalizar” o patrimônio urbano no sentido de que não foi totalmente eliminada a imagem que a caracterizava. A imagem cenográfica teria pouca duração, “o palco” sobre a praça seria desmontado, gradativamente, após os dois primeiros anos de inauguração da Praça Anthenor Navarro. Contudo, os símbolos da nova vida no centro histórico não estavam presentes apenas nos bares e eventos culturais diversificados no final dos anos 1990, mas também nas formas de interações sociais e, em especial, nas ações criadas por associações civis sem fins lucrativos, vinculando patrimônio cultural, arte e educação.

Conforme relato da autora após o primeiro processo de revitalização o impacto inicial causado com a intervenção foi dando lugar ao ostracismo, perdurando até anos

mais tarde quando uma nova intervenção pública transformou a rotina da praça Anthenor Navarro.

Jovanka Baracuhy (2004) diz que apesar do discurso de inclusão dos moradores da favela no processo de revitalização em curso no bairro do Varadouro, por parte dos agentes culturais, associações e poder público, percebia-se a forma como operavam as categorias conflituosas de interação, onde as faces invisíveis da exclusão ganhavam forma. Deste modo, durante o dia, as ações do Projeto Folia Cidadã significavam uma tentativa de inclusão dessa população pobre no processo de revitalização com um trabalho desenvolvido com as crianças e adolescentes do Porto do Capim. Durante a noite, as calçadas iluminadas e enobrecidas, e até mesmo o gosto musical dos freqüentadores, demarcavam fronteiras e usos segregados da Praça Anthenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves. As representações que os usuários faziam de si e dos outros estavam fortemente marcadas pelas possibilidades de acesso a padrões culturais de consumo, cujos limites se definiam a partir da transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Enobrecidas as antigas edificações, estas pareciam ficar mais distantes do cotidiano dos moradores do bairro.



APA 3 – MAPA DA REVITALIZAÇÃO FONTE: PMJP COMISSÃO DO CENTRO HISTÓRICO

O Plano de revitalização do Porto do Capim sugere a retirada de aproximadamente 300 famílias carentes que moram as margens do Rio Sanhauá, no bairro do Varadouro. A proposta da Comissão Permanente é a retirada da comunidade da área insalubre e sua inserção em uma área pertencente à União.

A proposta é que a comunidade continue no bairro, apenas seja transferida para uma área próxima a anterior. Orçadas em R\$ 30 milhões, essa intervenção vem sendo discutida há algum tempo. Essa dificuldade se deve a captação de recurso para intervenção do Porto do Capim. Porém, segundo informações do Comissão Permanente as licitações para a construção das casas já se iniciaram e após a transferência das famílias terão início o Projeto de Revitalização do Varadouro, etapa Porto do Capim.

Uma grande praça para eventos sociais, uma central de atendimento ao turista (com polícia especializada, casa de câmbios, lojas de artesanato) e um píer para passeio de barco ao longo do rio Sanhauá são apenas alguns dos atrativos que serão construídos na área que será desocupada.

A coordenadora do Centro Histórico explicou que a restauração do Porto do Capim está dentro de um trabalho maior, o Projeto de Revitalização do Varadouro que

teve início há alguns anos com a restauração de alguns prédios históricos como a Fábrica de Vinho Tito Silva, Praça Antenor Navarro, o largo e a ladeira da Igreja Frei Pedro Gonçalves.



FIGURA 10 IMAGEM PANORÂMICA DA PRAÇA ANTENOR NAVARRO FONTE: DRJOSENOVAES@BLOGSPOT.COM ACESSO: 08/06/11.

A Praça Antenor Navarro foi uma das intervenções mais importantes do processo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Para a realização da revitalização da praça muitos foram os entraves e negociações. No início os comerciantes não queriam que a praça fosse revitalizada, negociações de praticamente dez anos foram necessárias para a retirada de um posto de gasolina que aí se encontrava. Só depois de muitas negociações é que os comerciantes aderiram a proposta e a apoiaram.

Após a revitalização da praça a mesma passou a ser o cartão postal da revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Grande parte dos eventos culturais da cidade passaram a se realizar na praça, vários foram as atividades econômicas que surgiram ao redor da praça como: restaurantes, ateliês, bares, agências de publicidade, etc.

No entanto, através de nossas entrevistas, verificamos que a comunidade Porto do Capim pouco se beneficiou desse processo de Revitalização da Praça Antenor Navarro. Muito pelo contrário, em muitos eventos foram proibidos de colocar suas pequenas barracas, de vender seus produtos. Para participar desse processo era necessário se

cadastrar na prefeitura, e nem todos conseguiam concorrer com comerciantes que já estavam estabelecidos na área.

Mesmo em termos de emprego na área, a comunidade foi pouco beneficiada. Grande parte do emprego exigia especialização e experiência profissional, assim os moradores do Porto do Capim não atendiam a exigência desse mercado que visava atender ao turismo e a uma classe média que ia ao Centro Histórico para consumir a Paisagem e a Cultura dos Eventos.

5.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com ARAÚJO (2006), A Comunidade Porto do Capim é composta por 170 famílias que residem em casas de alvenaria, a maior parte são conjugadas e muito pequenas, com esgotos a céu aberto. As pessoas que habitam nas imediações ribeirinhas se protegem dos riscos das águas improvisando aterros e instalando alpendres até as margens do rio como extensão de seus quintais, que funcionam como espaço de lazer, trabalho, reuniões de amigos e familiares. Consta com 124 domicílios subnormais Há no Porto do Capim comércio de madeireiras, de papelão e de material de Construção. As famílias de baixa renda, também instalam suas pequenas vendas na comunidade (mercearias, bares, peixarias, etc), muitos sobrevivendo da formação de pequenas venda de carvão, de picolé, de serviços de refrigeração. Essas famílias merecem atenção especial e urgente, pois vem sobrevivendo de maneira precária, entre a pobreza, a exclusão, o abandono, a violência.

Em 2004, de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), foi feita uma nova delimitação do local, quando ficou constatado que o Porto do Capim abrange uma área de 410 hectares, com 6.443 imóveis e, aproximadamente, mil moradores. Como maior núcleo residencial do Centro histórico da cidade vem chamando a atenção especial e urgente, pois apesar de vir passando por um acentuado processo de depredação dos prédios residenciais e comerciais e de evasão de seus moradores, os residentes vêm sobrevivendo de maneira precária, entre a pobreza, a exclusão, o abandono, a violência e a depredação ambiental, embora o meio

ofereça um grande potencial para a pesca, o artesanato, a gastronomia típica, o turismo, de forma sustentável.

A Comunidade Porto do Capim é a expressão de como as contradições urbana vem estimulando a formação de urbanidades alternativas e de comunidade em situação de degradação social e ambiental, caracterizada pela urbanização desorganizada e desenfreada e com populações com qualidade de vida urbana precárias. A Comunidade Porto do Capim João Pessoa/PB Brasil é um exemplo de uma Produção Social do Habitat que o Projeto de Revitalização do Porto do Capim é de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida da população, pois irá revitalizar as questões habitacionais, levando em consideração os anseios e os aspectos naturais da Comunidade, desde que almeje um desenvolvimento econômico que ocorra baseado em ações que não sejam prejudiciais aos habitantes da localidade e ao meio ambiente, com a criação de uma infra-estrutura necessária ao turismo histórico-cultural e ao ecoturismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a comunidade Porto do Capim nos proporcionou momentos marcantes como a convivência com aqueles moradores antigos e suas histórias sobre a evolução daquela comunidade as margens do rio Sanhauá, berço da cidade de João Pessoa. Observar aquela paisagem, prédios em ruínas fruto do descaso dos governos na esfera municipal e estadual, demonstra a falta de interesse para com o patrimônio histórico da nossa cidade. Os aspectos religiosos da população nos remete a refletir sobre nossos antepassados e a devoção e as crenças as divindades da religião. Outro aspecto trata dos meios de sobrevivência observados nas ruas da comunidade, tais como fiteiros, barracas, pequenas mercearias, bares, além de pequenos comércios nas próprias casas, uma alternativa complementar na renda de parte desses moradores que movimentam a pequena economia local.

O surgimento desses estabelecimentos comerciais na rua do Porto do Capim e na Vila Nassau significa que uma nova demanda está surgindo. Uma hipótese é que essa demanda possa ter sido criada a partir da ação advinda das políticas públicas voltadas para os programas de inclusão social, especificamente, os programas Bolsa-Escola e Primeiro Emprego, que beneficiou muitas famílias dessas comunidades. Essas famílias que não podiam suprir as necessidades básicas, passaram a ter acesso, ainda que restrito, ao consumo. Portanto, uma demanda restrita, mas capaz de motivar o pequeno comércio local. Todavia, essa hipótese não foi investigada.

No quesito saúde a situação é bastante precária, em consequência das condições insalubres e da deficiência alimentar. Atualmente a população é assistida pelo Programa Saúde da Família (PSF), através da USF Varadouro I. Na sede da Unidade de Saúde da Família Varadouro I – PSF VARADOURO. As principais causas de mortalidade são doenças crônicas e morte natural. Não há incidências de casos especiais. Há deficientes entre os quais deficientes físicos, visuais e neurológicos. Os deficientes são encaminhados para atendimento especializado através da FUNAD – Fundação de Apoio ao Deficiente. A exemplo de outras comunidades carentes, o problema da gravidez na adolescência é recorrente, o que preocupa as autoridades de saúde que prestam serviço a essa localidade.

Essa comunidade carente e esquecida por grande parte da população de João Pessoa possui riquezas culturais e históricas que a Paraíba ainda não conhece devido aos

inúmeros problemas citados neste trabalho, trata-se de paraibanos que a Paraíba precisa conhecer, tanto a população de um modo geral bem como as autoridades públicas.

Outra questão que não pode deixar de ser questionado é, em que a comunidade se beneficiou do processo de revitalização, a quem atende esse processo de revitalização? Será que o Patrimônio que se encontra no Bairro do Varadouro foi realmente resgatado para a população do bairro. Essas são questões que precisam ser melhor esclarecidas, na medida em que no projeto de revitalização uma das justificativas para a revitalização da área foi o resgate da história e da memória do lugar, o resgate da cidadania.

Mas, será que podemos dizer que a Comunidade Porto do Capim foi inserida nesse processo de revitalização, será que essa população resgatou a sua cidadania com o processo de revitalização?

Não. O que vemos no bairro não é isso, mas, sim, o abandono do patrimônio, uma população carente de serviços básicos, a estagnação econômica do bairro, o aumento do preço dos alugues e a expulsão de antigos moradores que não podem mais arcar com os altos custos dos alugueis.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. V. de. *João Pessoa* (2006) UFPB-CCEN

BARACUHY, J. C. Scocuglia, *reinvenção urbana e revitalização do centro histórico na cidade de João Pessoa, (1987-2002)* Ed UFPB, 1ª edição 2004.

BARACUHY, J. C. Scocuglia, Sociabilidade e usos contemporâneos do Patrimônio Cultural na cidade de João Pessoa" Fevereiro de 2003 - UFPE. Publicação: revista Arquitetos 051.08 - Ano 05 Set. 2004.

BATISTA, J. *Caminhos, sombras e ladeiras: esboço de perfil de cidade do nordeste brasileiro*. João Pessoa: Funcep/A União, 1951. Companhia das Letras, 1986.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FIPLAN /Governo do Estado da Paraíba, (1983). População de Baixa Renda – Origem e Aspirações, João Pessoa, Fiplan.

INÁCIO, J. *Notícia de uma viagem à Paraíba em 1924*. Mossoró: ESAM, ano 20, v. 7, 1987. (Coleção ESAM).

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. Caderno Cidades. Cidade Viva. *ONG insere carentes no mercado*. João Pessoa. Edição de 25 de janeiro de 2005.

KOURY, Mauro G. Pinheiro, Pertencimentos, medos corriqueiros e redes de solidariedade, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 286-311.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MAIA, D. S. *Tempos lentos na cidade: permanência e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB*. 2000. Tese (Doutoramento em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

MENDONZA, J.G. et Al. *El pensamiento geográfico*. Madrid. Alianza Editorial, 1982.

RBSE. Vol 4. Nº 10, abril 2005, p. 43-59 – retirado do site: www.cchla.ufpb.br

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSENDHAL, Z. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.

SAUER, O. C. Morfologia da Paisagem. In. CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro. Eduerj. 1998.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1997.

SANTOS, Janaina Prof^ª, Manguezais, artigo escrito para o site: www.moisesneto.com.

BR, maio/09.

SILVA, Regina Celly Nogueira da. As Singularidades do Bairro na Realização do Lugar: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant, São Paulo, Atlas, 2004.

APÊNDICE A

**QUESTIONÁRIO SOBRE CONDIÇÕES ECONÔMICAS E ESCOLARIDADE
DA COMUNIDADE PORTO DO CAPIM**

Nome do(a) chefe de família: _____
Total de membros da família _____

1º Qual a renda mensal Familiar ?

- a) até um salário mínimo ()
- b) de um a dois salários mínimos ()
- c) acima de dois salários mínimos ()

2º Qual a renda mensal complementar ?

- a) até um salário mínimo ()
- b) de um a dois salários mínimos ()
- c) acima de dois salários mínimos ()

3º Conhecimento do plano de revitalização do Porto do Capim.

- a) não possui conhecimento algum ()
- b) possui conhecimento parcial ()
- c) possui conhecimento total ()

4º Qual a quantidade de pessoas da família que não trabalham ? _____

- a) Por falta de oportunidade ()
 - b) Pelo baixo nível de escolaridade ()
 - c) Outros () (especifique abaixo)
-

5º Grau de escolaridade do chefe de família

- a) analfabeto ()
- b) possui até o primeiro grau ()
- c) possui segundo grau completo ou acima ()

6º Grau de escolaridade do cônjuge

- a) analfabeto ()
- b) possui até o primeiro grau ()
- c) possui segundo grau completo ou acima ()

7º Grau de escolaridade dos filhos

- a) analfabeto ()
- b) possui até o primeiro grau ()
- c) possui segundo grau completo ou acima ()